

UNIOESTE – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ CAMPUS DE
MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS - CCA
PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL

MARCO ANTÔNIO BILO VIEIRA

**SABERES E CUIDADOS: UM ESTUDO DE ATORES SOCIOAMBIENTAIS NA
BACIA DO PRATA**

MARECHAL CÂNDIDO RONDON PARANÁ - BRASIL AGOSTO – 2014
MARCO ANTÔNIO BILO VIEIRA

**SABERES E CUIDADOS: UM ESTUDO DE ATORES SOCIOAMBIENTAIS NA
BACIA DO PRATA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável.

Prof. Wilson João Zonin – Orientador

MARECHAL CÂNDIDO RONDON PARANÁ - BRASIL AGOSTO – 2014

MARCO ANTÔNIO BILO VIEIRA

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

V658s

Vieira, Marco Antônio Bilo

Saberes e cuidados: um estudo de atores socioambientais na Bacia do Prata. /Marco Antônio Bilo Vieira. Marechal Cândido Rondon, 2014. 99 p.

Orientador: Prof. Dr. Wilson João Zonin

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, 2014.

1. Desenvolvimento rural. 2. Desenvolvimento sustentável. 3. Saberes. 4. Cuidados. 5. Atores socioambientais. 6. Bacia do Prata. I. Zonin, Wilson João. II. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. III. Título.

CDD 21.ed. 630
CIP-NBR 12899

Ficha catalográfica elaborada por Helena Soterio Beijo – CRB 9ª/965

**SABERES E CUIDADOS: UM ESTUDO DE ATORES SOCIOAMBIENTAIS NA
BACIA DO PRATA**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Desenvolvimento Rural Sustentável, Área de Concentração “Desenvolvimento Rural Sustentável”, para a obtenção do título de “Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável”, **aprovada** pela seguinte Banca Examinadora:

Marechal Cândido Rondon, 5 de agosto de 2014.

WJZ

Prof. Dr. Wilson João Zonin - Orientador
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

A. Ahlert

Prof. Dr. Alvon Ahlert - Membro
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Alfio Brandenburg

Prof. Dr. Alfio Brandenburg - Membro
Universidade Federal do Paraná - UFPR

Dedico essa dissertação aos atores socioambientais das organizações *El Albardón* (Argentina), Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor – CAPA (Brasil), *Sobrevivencia*, *Amigos de la Tierra Paraguay* (Paraguai) e *Acción Promocional “18 de Julio”* (Uruguai) *como un saludo fraternal por sus trabajos originales.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Denise Scolari Vieira, amada companheira, pelo amor e pela paciência durante essa minha trajetória literária.

Ao Professor Doutor Wilson João Zonin pela sincera amizade e pela paciente pedagogia freiriana na orientação ministrada.

Aos Professores Doutores Nardel Luiz Soares da Silva e Alvori Ahlert pelas considerações e colaborações literárias e dedico-lhes esses versos de *José Hernández* citados no livro *Martín Fierro*:

“Tudo é só céu e horizonte em imenso campo verde! Infeliz
de quem se perde ou que seu rumo extravia!
Se em cruzá-lo alguém porfia, minha experiência então herde.
Marque, de dia, seu rumo, com toda fidelidade; Marche
com pontualidade: ponha, pra o lado a seguir,
Sempre, a cabeça, ao dormir em meio da imensidade”.

Aos demais professores e funcionários do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável que efetivamente colaboraram na minha formação acadêmica.

Ao Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) pela cooperação e, em especial, aos colegas de trabalho... Vilmar Valdemar Saar, Luiz Fernando Grein Ohse, Marcelo Rohde, Vanice Marli Fülber, Sidnei Francisco Müller, Thais Fernanda de Souza Monteiro, Patrícia Favorito e Steffi Aline Stark Becker.

Aos amigos/as das organizações que cooperaram nesse estudo... Marcelo Miranda, Matilde Zucaro, Norma Giménez, David Cardozo e William Nicola Martinez.

Aos amigos/as fiéis de todas as horas... Betina, Naomi, Chica, Naipi, Bruna, Polux, Gancho, Camila, Lulu, Serena, Maria Antonieta, Gigi, Maia, Camila, Benedito, Luluzinha, Marcos, Manezinho, Cielo, Shelley, Valdo, Miles, Itamar, Mon Cherry, Michelangelo, Cartola, Isidoro Luis, Pancho, Gobi, Victoria, Gregório, Giant, Jordan, Naná, Bibi, Penélope, Rigoberta, Spartacus, Gislaine, Dilma, Zulmira, Olívia, Maia, Líbio, Heitor, Amélie, Dominginhos, Astor, Carlinhos, Os Ninetes,...

Aos meus pais amados, Ivon Brito Vieira e Iolanda Bilo Vieira, e meus irmãos queridos, Mauro Ivon Bilo Vieira, Paulo Maurício Bilo Vieira e Márcio André Bilo Vieira.

Ao amigo Médico Homeopata Wilso Roberto da Silva Silveira pelo zeloso cuidado e carinho dedicado ao longo da vida.

"Cuando creíamos que teníamos todas las respuestas, de pronto, cambiaron todas las preguntas".

Mario Benedetti (1920-2008)

RESUMO

VIEIRA, Marco Antônio Bilo, M.Sc., Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Agosto – 2014. **Saberes e Cuidados: Um Estudo de Atores Socioambientais na Bacia do Prata.** Orientador: Prof. Dr. Wilson João Zonin

Este estudo propõe-se a investigar a atuação de quatro atores socioambientais, localizados na Bacia do Prata, que, ao longo de suas histórias, promovem a sustentabilidade através de saberes e cuidados como forças transformadoras da realidade. Esta investigação objetiva a apresentação e a compreensão dessas forças, bem como, a descrição das atividades organizacionais, relacionadas às temáticas orientadoras de emancipação e autonomia, junto aos coletivos de trabalho. Também possibilita o conhecimento das similaridades e das diferenças nas ações desses atores quanto às impressões dos desafios cotidianos que vivenciam. A metodologia utilizada é investigativa, delinea-se pelo estudo de casos múltiplos e, notadamente, possui caráter interdisciplinar e natureza social. Desse modo, suas principais ferramentas metodológicas são os questionários de coleta de dados organizacionais e a aplicação da matriz FOFA. Com isso, os resultados apresentaram as descrições do nome da organização, da região originária, das temáticas aplicadas, das áreas de atuação, do quadro profissional, dos públicos assessorados, da linha do tempo, das demandas sociais iniciais, das influências teóricas e da definição de desenvolvimento rural sustentável. Igualmente, analisaram as percepções organizacionais relativas às dimensões de sustentabilidade determinadas em indicadores temáticos. Por conseguinte, o estudo revela que esses atores socioambientais consideram a existência de desafios favoráveis aos seus desempenhos e competências organizacionais, já que os saberes e os cuidados que cultivam com os públicos assessorados são considerados princípios e práticas de transformação socioambiental.

Palavras-chave: Saberes. Cuidados. Atores socioambientais. Bacia do Prata.

ABSTRACT

VIEIRA, Marco Antônio Bilo, M.Sc., Western Parana State University – UNIOESTE, August - 2014. **Knowledge and Care: A Study On Social and Environmental Actors in La Plata Basin.** Advisor Professor: Prof. Dr. Wilson João Zonin

This study aims to investigate the action of four environmental actors, located in the La Plata Basin, which, throughout their stories, promote sustainability through knowledge and cares as transformative forces of the reality. This investigation aims at presenting and understanding these forces, as well as the description of the organizational activities, related to the guiding themes of emancipation and empowerment, along with labor collectives. It also enables knowledge of similarities and differences in the actions of these actors regarding the impressions of the daily challenges which they experience. The methodology is investigative, outlined by the study of multiple cases and, remarkably, it has an interdisciplinary nature and social character. Thus, its main methodological tools are questionnaires for collecting organizational data and the application of the SWOT matrix. Thus, the results presented the descriptions of the organization name, the original region, applied themes, areas of activity, professional staff, assisted public, the timeline, the initial social needs, theoretical influences and the setting of sustainable rural development. Also, organizational perceptions were analyzed relating to the dimensions of sustainability in specific thematic indicators. Consequently, the study reveals that these environmental actors consider the existence of favorable challenges to their performance and organizational skills, since the knowledge and care that grow with the assisted public are regarded as principles and practices of environmental transformation.

Keywords: Knowledge. Care. Social and environmental actors. La Plata Basin.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Visão geral dos desafios, expressa em porcentagem	64
Tabela 2 - Dimensão ambiental ou ecológico-produtiva (expressa em %)	65
Tabela 3- Dimensão cultural ou sociocultural (expressa em %)	67
Tabela 4 - Principais indicadores socioeconômicos dos países	69
Tabela 5 - Dimensão econômica (expressa em %)	70
Tabela 6 - Dimensão ética (expressa em %).....	72
Tabela 7 - Dimensão política (expressa em %)	75
Tabela 8 - Dimensão social (expressa em %)	77

LISTA DE FIGURAS

Gráfico 1 - Dimensão ambiental ou ecológico-produtiva	66
Gráfico 2 - Dimensão cultural ou sociocultural	68
Gráfico 3 - Dimensão econômica	71
Gráfico 4 - Dimensão ética	73
Gráfico 5 - Dimensão política	75
Gráfico 6 - Dimensão social	77

SUMÁRIO 1 INTRODUÇÃO	Erro! Indicador não definido.
2 METODOLOGIA	17
3 REVISÃO DE LITERATURA	25
4 CARACTERIZAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS ORGANIZACIONAIS	35
4.1 NOME E REGIÃO DE ORIGEM.....	36
4.2 OBJETIVOS	36
4.3 TEMÁTICAS E QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS	38
4.4 ÁREAS DE ATUAÇÃO E PÚBLICOS ASSESSORADOS.....	40
5 MAPEAMENTO TEÓRICO QUALITATIVO	46
5.1 EL ALBARDÓN	46
5.2 CENTRO DE APOIO AO PEQUENO AGRICULTOR – CAPA	49
5.3 SOBREVIVENCIA, AMIGOS DE LA TIERRA PARAGUAY.....	55
5.4 ACCIÓN PROMOCIONAL “18 DE JULIO”	58
5.5 AGROECOLOGIA COMO ESTRATÉGIA ORGANIZACIONAL	61
6 MAPEAMENTO TEÓRICO QUANTITATIVO	65
6.1 DIMENSÃO AMBIENTAL OU ECOLÓGICO-PRODUTIVA.....	66
6.2 DIMENSÃO CULTURAL OU SOCIOCULTURAL	68
6.3 DIMENSÃO ECONÔMICA	71
6.4 DIMENSÃO ÉTICA.....	73
6.5 DIMENSÃO POLÍTICA	76
6.6 DIMENSÃO SOCIAL	78
7 CONSIDERAÇÕES TEMPESTIVAS	80
REFERÊNCIAS	84
APÊNDICE A – CUESTIONARIO DE RECOLECCIÓN DE DATOS ORGANIZACIONALES	90
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DE COLETA DE DADOS ORGANIZACIONAIS	96

1 INTRODUÇÃO

*Hoy por ti, mi pueblo americano.
Mi raza campesina.
Raza entera de hombres
con los pies en la tierra y
con tanto dolor como
cabe en el mundo.*

Rubén Vela

A presente pesquisa pretende abordar a respeito da atuação de quatro atores socioambientais, localizados na Bacia do Prata¹, os quais, historicamente, promovem cada qual, à sua maneira, a sustentabilidade, através do reconhecimento e da aplicação de saberes e cuidados como forças de transformação da realidade.

Para esclarecer a motivação desse estudo, convém contar a história vivida pelo seu autor, que desde 2007, é participante organizacional e ativo no Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais da Bacia do Prata. O referido Centro representa uma expressiva iniciativa interinstitucional, que agrega diversas organizações governamentais e não governamentais de cinco países: Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Em 2006, no I Encontro dos Especialistas em Educação Ambiental da Bacia do Prata, ocorrido na cidade de Foz do Iguaçu, estado do Paraná, Brasil, consolidouse um pacto entre os participantes. Na oportunidade, foram eleitas três grandes propostas, a serem desenvolvidas na região, na seguinte ordem de prioridade: realização de ações socioambientais; promoção da educação regional socioambiental; e, criação de um centro de saberes e cuidados socioambientais.

Após, a tomada da decisão conjunta dessas propostas, foram estabelecidos os objetivos. Requer informar e registrar que para desenvolver o estudo em tela foi lançado mão das informações obtidas junto àquela entidade internacional, oriundas do pacto mencionado, as quais estão devidamente registradas no Caderno do

¹ Bacia do Prata – “Abrangendo a área de cinco países da América do Sul, Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai, a Bacia do Prata é uma das extensas do mundo. Com 3,1 milhões de km², abrange quase todo o centro sul do Brasil, o sudeste da Bolívia, uma grande parte do Uruguai, todo o Paraguai e uma extensa região do centro norte da Argentina. Seu principal rio é o Paraná, que se torna rio da Prata quando se junta ao rio Uruguai próximo da foz do rio da Prata no Oceano Atlântico” (PAULA JUNIOR, 2009, p. 29).

Encontro Formativo do Círculo de Aprendizagem Permanente III (CAP III), elaborado em 2009. Essas informações são de suma importância e serviram, sem dúvida, de fundamentação teórica para o processo formativo ocorrido no Brasil.

Como objetivo geral do Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais, destaca-se a formação de cidadãos, por intermédio de processos educativos, desde que observem e vivenciem, seriamente, os princípios e valores, capazes de promover um futuro sustentável. Os referidos princípios estão contidos nos documentos planetários, os quais são escolhidos nas reuniões internacionais sobre o meio ambiente, principalmente a “Carta da Terra” e o “Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global”.

Dentre os sete objetivos específicos do Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais, dois são de suma importância para esse estudo exploratório, descritivo e analítico das organizações, haja vista, servirem de eixos norteadores das análises documentais dessa pesquisa.

Em primeiro lugar, estão o reconhecimento e a constituição de dispositivos capazes de promover ações simultâneas e de cooperação entre os governos, bem como, entre outros atores sociais. A facilitação e o estímulo ao intercâmbio de experiências, conhecimentos e práticas de utilização e gestão sustentável dos recursos naturais integra o segundo objetivo, não menos relevante.

Para que sejam alcançados com êxito, é interessante destacar a perspectiva educacional adotada, no processo formativo desenvolvido pelo Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais, ao promover a utilização pedagógica dos Círculos de Aprendizagem Permanente, abreviados na sigla “CAP”.

Para elucidação desse processo, serão descritas a seguir, algumas características e pressupostos basilares que qualificam sua orientação metodológica. Nota-se que a inspiração para a formação dos círculos de aprendizagem adveio dos Círculos de Cultura, criados pelo eminente educador brasileiro Paulo Reglus Neves Freire (1921-1997).

Destarte, é o diálogo que fundamenta a procura do conhecimento e a ação propriamente dita. Conseqüentemente, as pessoas são consideradas mananciais de saberes e todos são tidos como aprendizes em potencial. Sendo assim, os círculos são ocasiões de aprendizagem e essa, somente, se efetua por meio das pessoas que

deles participam. Tem-se, dessa maneira, a formação socioambiental diferenciada e ininterrupta, porque a interação entre os distintos círculos expande-se para buscar a totalidade do território da bacia pratense.

No incessante trânsito de atores socioambientais de matizes díspares, sobressai uma intensa articulação, que fortalece a decisão da escolha desse método educativo, pela formação da capilaridade e do enraizamento das temáticas desenvolvidas.

Dentre os conteúdos que substanciam essa educação transformadora foram escolhidos quatro temas-chave para permear, todos os círculos de aprendizagem permanente, independentemente do país de origem. Contudo, é possível e recomendado diversificar os conteúdos para atender às especificidades e peculiaridades de cada um dos países participantes. Pretende-se, nessa dissertação, ao tratar do assunto pertinente aos conteúdos programáticos, apontar quais desses temas são compartilhados nas atuações das organizações estudadas no que diz respeito aos atores socioambientais.

Enunciam-se, em primeiro lugar, como temas-chave, o estudo do território da atual Bacia do Prata, suas atividades econômicas, especificidades, recursos naturais, conflitos e soluções socioambientais, bem como, a atuação e a interferência dos diferentes atores. Esses são tão essenciais quanto o estudo da água como recurso natural, matéria criativa dos nossos saberes e cuidados, caracterizados numa cultura proveniente de lições ancestrais da América indígena.

Paralelamente ao tema da educação socioambiental, aborda-se também, sua capacidade mobilizadora de coletivos, seu desempenho metodológico, com diversas e inventivas abordagens dialógicas, compostas por um leque de conceitos orientadores de práticas, tais como, a aprendizagem transformadora² e a alfabetização ecológica³. Como tema-chave, compartilhado em todos os círculos de aprendizagem

² Aprendizagem transformadora – “é um processo de aprendizagem que se dá nas várias formas de educação (formal, não-formal, difusa, massiva). Inicia-se a partir das experiências de homens e mulheres na vivência de suas comunidades e é dirigida a mudar as causas básicas da destruição e do dano ambiental” (VIEZZER, 2009, p. 215).

³ Alfabetização ecológica – “é o processo de aprendizagem dos princípios de organização dos ecossistemas que possibilitam a vida na Terra. [...] Isso se dá pelo conhecimento das diversas redes de interações que compõem a teia da vida. Constitui objetivo da alfabetização ecológica contribuir para que a educação ambiental inclua o estudo da ecologia, como dimensão que abrange a natureza biológica do ambiente e do ser humano, considerado um ser biopsicossocial” (VIEZZER, 2009, p. 216).

permanente, se inclui também, o estudo desafiador e polêmico do conceito de sustentabilidade e as, não menos provocantes, disciplinas híbridas das Economias Ecológica⁴ e Política.

Partindo da pretensão de estudar as temáticas anteriormente mencionadas, o Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais diversifica o cardápio de aprendizagem e proporciona a seus participantes uma oferta de outros assuntos conexos. Dentre os assuntos afins, destacam-se os saberes socioambientais, seu resgate por nacionalidade, a complexidade desses pensamentos e a interação entre princípios e culturas de sustentabilidade. Além desses, há ainda outros temas, considerados fundamentais, como: a ética, o cuidado e a cidadania socioambiental, todos vinculados ao reconhecimento dos direitos econômicos, sociais e ambientais.

O processo educativo dos círculos de aprendizagem permanente, por sua vez, prima pelo diálogo entre os atores socioambientais, dispersos pelo território da Bacia do Prata. Nesse contexto, é possível investigar as conexões e similaridades nos trabalhos organizacionais realizados, a fim de constatar em que consiste o diálogo de saberes e cuidados construídos, enquanto elementos de fortalecimento das vivências e forma de preservação de suas identidades sociais. Comumente, da apresentação e da compreensão desses saberes e cuidados, descritos nas atividades realizadas e nas formas de atuação das organizações pesquisadas, junto aos seus coletivos de trabalho, decorre o entendimento e a construção do conhecimento socioambiental.

Por conseguinte, indaga-se: quais são os desafios e o porquê do interesse do estudo pelos saberes e cuidados desses atores situadas na Bacia do Prata? Após longa convivência, nesses últimos anos, no Centro de Saberes e Cuidados, com representantes das organizações dos cinco países envolvidos, constatou-se, através dos debates e encontros presenciais, que tais organizações parecem contar com visões similares sobre a sustentabilidade, apesar de atuarem em territórios com formação histórico-cultural diferenciada.

Formulada na linha argumentativa, enquanto conceito em rede e estudo de saberes e cuidados, a presente pesquisa favorece a narrativa descritiva das

⁴ Economia ecológica – “funda-se no princípio de que o funcionamento do sistema econômico, considerado nas escalas temporal e espacial mais amplas, deve ser compreendido tendo-se em vista as condições do mundo biofísico sobre o qual este se realiza, uma vez que é deste que derivam a energia e matérias-primas para o próprio funcionamento da economia” (AMAZONAS, s.d.).

experiências realizadas nos locais de atuação dos atores socioambientais, viabilizando o acesso aos conhecimentos teórico-práticos, advindos dos saberes e das ações de cuidados vivenciados em suas atividades cotidianas.

Para a investigação do *corpus* contou-se com algumas organizações não governamentais que foram de suma importância para a realização da pesquisa, a saber: na Argentina, *El Albardón - vivero experimental de especies nativas*, no Brasil, o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), núcleo Marechal Cândido Rondon – Paraná, no Paraguai, *Sobrevivencia, Amigos de la Tierra Paraguay* e no Uruguai, *Acción Promocional “18 de Julio”*.

Assim, ao conhecer e valorizar o pensamento socioambiental, os princípios da sustentabilidade, e a ética do cuidado, percebe-se a importância do registro histórico dessas experiências, porque delas decorrem a visibilidade das formas organizativas de ativação da memória coletiva e de superação das condições de subalternidade, além de valorizar os modos de resistência desses atores e dos seus coletivos de trabalho.

Através da própria história e das significações de pertencimento e territorialidade, os vínculos são dinamizados e, conseqüentemente, a pesquisa pode ser considerada estudo e depoimento, cujo objetivo é demonstrar as condições organizacionais dos atores socioambientais que promovem cada qual a seu modo, a sustentabilidade nos seus respectivos territórios.

Os objetivos essenciais dessa investigação científica priorizam a caracterização das experiências organizacionais quanto ao nome, à região de origem, aos objetivos, às temáticas, às qualificações profissionais, às áreas de atuação e ao público atingido. Eles também apresentam o mapeamento teórico qualitativo, no qual elucidam a linha do tempo, as demandas sociais que justificaram o surgimento de cada organização, as temáticas relevantes dos trabalhos, os pensadores influentes e a definição de desenvolvimento rural sustentável que promovem. Além disso, tem-se o mapeamento teórico quantitativo, no qual são analisadas as dimensões e os indicadores de sustentabilidade e é avaliada a percepção da importância de alguns indicadores considerados relevantes na pesquisa.

Essa forma de apresentação visa, portanto, a compreensão dos saberes e dos cuidados socioambientais, além de descrever as atividades organizacionais desenvolvidas nos coletivos de trabalho. Cumpre também, relacionar as atuações, nos

diferentes territórios, conforme as temáticas orientadoras da proposta de emancipação e autonomia dos públicos assistidos, bem como, apontar as semelhanças e diferenças nas ações desses atores quanto aos desafios enfrentados no transcorrer de suas histórias. Será extremamente útil, também, como base documental ao Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais da Bacia do Prata por se constituir como um registro histórico das vidas organizacionais das quatro organizações mencionadas.

2 METODOLOGIA

*Hoy por ti, mi pueblo americano.
Inmenso como un pájaro
de alas extendidas
hacia el sol que nunca se pone.*

Rubén Vela

Desde o ano de 2007, o CAPA (Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor), organização não governamental brasileira participa das atividades do Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais da Bacia do Prata, como membro representante da sociedade civil brasileira.

Nesse sentido, o convívio com as demais entidades, durante os diversos encontros de formação, realizados ao longo desses anos, propiciou a iniciativa dessa pesquisa, a qual versa sobre as experiências desenvolvidas. Como sujeitos a serem conhecidos pela execução do estudo em questão, foram convidados formalmente através de correio eletrônico as seguintes organizações: *El Albardón* (Argentina), CAPA (Brasil), *Sobrevivencia*, *Amigos de la Tierra Paraguay* e *Acción Promocional “18 de Julio”* (Uruguai).

É mister destacar que o Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais executa um esforço de reconhecimento e aproximação dialógica entre as comunidades de aprendizagem socioambiental e, desta forma, ao propiciar a aproximação de distintos públicos, possibilitou a seleção amostral das entidades dessa pesquisa exploratória.

Dessa forma, esse estudo possui natureza social e aspecto interdisciplinar e considera as experiências, dos atores socioambientais, descritas e interpretadas, conforme as respostas dos questionários de coleta de dados organizacionais. Por essa razão, o estudo de caso está delineado como método investigativo.

Para possibilitar a concretização dessa investigação, o trabalho baseou-se na coleta de dados, primários e secundários, feita através de levantamento com questionário semiestruturado (vide apêndices) e a captura das informações disponíveis nas páginas eletrônicas das respectivas entidades. Com efeito, esses dados colhidos possibilitaram o conhecimento da dinâmica das organizações e

serviram para descrever e interpretar os questionamentos efetuados e as experiências relatadas.

Visando uma melhor avaliação das respostas dadas pelos atores socioambientais, também foram empregadas como ferramenta interpretativa a matriz FOFA (fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças) e a planilha do programa *EXCEL*.

É oportuno mencionar como as experiências organizativas foram selecionadas a partir da motivação em pesquisar as atuações dos atores, e promotores da sustentabilidade, tanto no meio rural quanto no meio urbano. Conforme mencionado anteriormente, essas organizações fazem parte da rede estruturada pelo Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais da Bacia do Prata, onde trabalham a proposta educativa e emancipadora da sustentabilidade e da inclusão social. O fato de possuírem interesses institucionais similares e proximidade geográfica contribuiu sobremaneira, para a realização da investigação científica, envolvendo suas histórias e suas formas de atuação e, marcadamente, seus pontos de convergência nas singulares temáticas.

Para obter o aval dessas organizações, sua participação e o repasse das informações necessárias, foram realizados vários contatos via telefônica e via correio eletrônico, continuamente ao longo do período.

Como inspiração para a natureza da pesquisa desenvolvida utilizou-se o dizer de Bourguignon (2009, p. 8) que afirma: “[...] a valorização da metodologia no contexto da pesquisa social e demonstrar as possibilidades e potencialidades que está temática apresenta ao envolver o diálogo interdisciplinar e pluralista”.

A título de alerta para a atitude investigativa, vale a pena evidenciar a seguinte contribuição:

[...] vemos necessário enfatizar que o enfrentamento de estudos interdisciplinares no campo da produção científica implica, fundamentalmente, uma auscultação à forma de pensar do sujeito cognoscente, pois esse enfrentamento só terá êxito se a concepção da importância e da necessidade de olhares múltiplos sobre a realidade estiver presente na visão de mundo, na consciência epistemológica desse sujeito (MUNHOZ; OLIVEIRA JUNIOR, 2009, p. 13).

Nesse sentido, o aspecto interdisciplinar embasa a realização do estudo de caso, porque “a noção de interdisciplinaridade incorpora uma grande diversidade de

configurações práticas, de implicações científicas, até filosóficas” (RAYNAUT; ZANONI, 2012, p.10).

Sua utilização, no entanto, está vinculada, nessa pesquisa, quanto à necessidade da compreensão das dinâmicas organizacionais e aos aspectos reveladores de suas práticas cotidianas ligadas às temáticas orientadoras. Para tanto, o presente estudo está definido mais especificamente como um estudo de casos múltiplos, no qual são analisados quatro organizações da sociedade civil engajadas numa nova proposta de sociedade. Como resultado dessa escolha metodológica tem-se a seguinte indicação literária:

A seleção de casos múltiplos também propicia um novo conjunto de questões. Aqui, um *insight importante é considerar os casos múltiplos como se consideram experimentos múltiplos* – ou seja, seguindo a lógica da “replicação”. [...] Resumindo, a justificativa para os projetos de casos múltiplos deriva, diretamente, de seu entendimento das replicações literais e teóricas (YIN, 2010, p. 77 e 83).

Dentro do arcabouço da pesquisa social, no entanto, se consegue adquirir novos conhecimentos da realidade social através da investigação que “tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, com vistas na formulação de problemas mais precisos [...]” (GIL, 1994, p. 44) e da pesquisa descritiva que possui o “[...] objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato” (GIL, 1994, p. 45).

Com efeito, o questionário semiestruturado, utilizado para a obtenção dos dados informacionais, como ferramenta metodológica, é valorizado como “técnica de investigação composta [...] apresentado por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, [...], interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.” (GIL, 1994, p. 124).

Além disso, tem-se à disposição a matriz FOFA (fortalezas, oportunidades, fraquezas, ameaças) para a interpretação da realidade organizacional, tratada na questão número treze, em relação aos desafios nos ambientes, externo e interno, no âmbito de seis dimensões e seus respectivos indicadores.

Para melhor elucidar, convém lembrar o que ensina Kummer (2007, p. 119), “a base é uma matriz em que as fortalezas e fraquezas (fatores internos) e as oportunidades e ameaças (fatores externos) serão identificadas e visualizadas”.

Ressalta-se, também que, segundo essa autora, “as fortalezas e as fraquezas podem ser referentes ao passado e ao presente. A partir daí, são desenvolvidos os riscos e as oportunidades para o futuro” (KUMMER, 2007, p. 122).

A fim de esclarecer a utilidade dessa matriz de análise, também conhecida como método *SWOT* (*Strengths, Weakness, Opportunities, Threats*), vale ressaltar o enunciado abaixo:

O método SWOT analisa as forças internas em relação às oportunidades externas, bem como as fraquezas internas em relação às ameaças externas à organização, ou seja, analisa as condições de partida frente às tendências e cenários futuros. Esse método permite aos gestores obterem um diagnóstico mais preciso da realidade organizacional e das perspectivas do ambiente externo, visto que propicia a contextualização da organização em nível micro e macro, local e não local. O método SWOT estabelece uma conexão entre a missão, a visão e as ações estratégicas necessárias para o desenvolvimento da organização. Nesse sentido, são estabelecidos objetivos e metas que deverão ser desenvolvidos em um determinado tempo (VALENTIM, 2011, p. 24-25).

Cabe ainda informar que, no momento da elaboração do questionário, a leitura da publicação do ano de 2010, “¿Qué esperar de las ONG? Enfoques y prácticas de desarrollo rural en los países andinos” dos autores Óscar Bazoberry Chali e Carmen Beatriz Ruiz Parada contribuiu, instrutivamente, na nomeação dos indicadores de sustentabilidade, posto que a avaliação realizada nessa literatura sobre o trabalho das organizações não governamentais na região andina trouxe uma descrição de visão abrangente, pois:

En dicho proceso de intercambio de criterios se pudo analizar visiones, enfoques, tendencias y prácticas en la región que permitieron visualizar e identificar los desafíos del desarrollo rural para la toma de decisiones sobre acciones estratégicas. El resultado más importante de ese proceso de intercambio horizontal de información, reflexión y materiales es el estudio que se presenta en esta oportunidad y que incluye los principales puntos tratados y el planteamiento de pistas estratégicas (BAZOBERRY CHALI; RUIZ PARADA, 2010, p. 19-20).

Seis dimensões de sustentabilidade referentes ao trabalho realizado pelas organizações, nos seus respectivos territórios, foram selecionadas para desenvolver o presente trabalho. Para possibilitar essa escolha optou-se pelas temáticas sugeridas no livro “Caminhos para o desenvolvimento sustentável”, de Ignacy Sachs, editado em 2009.

Ressalta-se a contribuição desse autor quanto à interpretação sobre diferentes dimensões de sustentabilidade, aqui referidas:

Algumas palavras sobre a sustentabilidade cabem aqui. Muitas vezes, o termo é utilizado para expressar a sustentabilidade ambiental. Creio, no entanto, que este conceito tem diversas outras dimensões. Deixem-me enumerá-las, brevemente:

- a sustentabilidade social vem na frente, por se destacar como a própria finalidade do desenvolvimento, sem contar com a probabilidade de que um colapso social ocorra antes da catástrofe ambiental;
- um corolário: a sustentabilidade cultural;
- a sustentabilidade do meio ambiente vem em decorrência;
- outro corolário: distribuição territorial equilibrada de assentamentos humanos e atividades;
- a sustentabilidade econômica aparece como uma necessidade, mas em hipótese alguma é condição prévia para as anteriores, uma vez que o transtorno econômico traz consigo o transtorno social que, por seu lado, obstrui a sustentabilidade ambiental;
- o mesmo pode ser dito quanto à falta de governabilidade política, e por esta razão é soberana a importância da sustentabilidade política na pilotagem do processo de reconciliação do desenvolvimento com a conservação da biodiversidade;
- novamente um corolário se introduz: a sustentabilidade do sistema internacional para manter a paz – as guerras modernas são não apenas genocidas, mas também ecocidas – e para o estabelecimento de um sistema de administração para o patrimônio comum da humanidade (SACHS, 2009, p. 71-72).

Antes de descrever os aspectos das dimensões a serem estudadas se faz necessário citar a pesquisadora Julia Silvia Guivant, que, ressalta:

Numa discussão sobre sustentabilidade é importante esclarecer o que vai ser sustentado, por quanto tempo, para benefício de quem e a que custo. As definições sobre sustentabilidade são específicas no tempo e local, dado que tais condições mudam e, desta forma, também muda o conteúdo atribuído à sustentabilidade. Esta não implica um simples pacote ou modelo a ser imposto, porque trata-se fundamentalmente de *um processo de aprendizagem* (GUIVANT, 2002, p. 7).

Assim, tem-se a primeira dimensão denominada ambiental ou ecológicoproductiva, que considera a “preservação do potencial do capital natureza na sua produção de recursos renováveis; limitar o uso dos recursos não-renováveis; respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais” (SACHS, 2009, p. 86).

Sem dúvida, esses critérios apontam a maneira como os atores socioambientais se relacionam com o meio ambiente e de que forma constroem suas

identidades sociais, ou melhor, o modo como entendem e desejam que a sociedade se conduza. Para essa dimensão são considerados cinco indicadores: agricultura industrial, agroecologia, degradação ambiental, mudanças climáticas e produção agropecuária diversificada.

A segunda dimensão, por sua vez, é a cultural ou sociocultural e valoriza “[...] o equilíbrio entre respeito à tradição e inovação; capacidade de autonomia [...]; autoconfiança combinada com a abertura para o mundo” (SACHS, 2009, p. 85-86).

Com efeito, essas características dimensionais identificam o comportamento almejado dos públicos assessorados para a consolidação do processo de sustentabilidade. Seus indicadores são os seguintes: associativismo, conhecimento histórico local, desigualdade social, diálogo de saberes, educação socioambiental, equidade de gênero, juventude rural, metodologias participativas, racionalidade ambiental e sistematização de experiências.

Já, a terceira dimensão, considerada econômica, valoriza, segundo Ignacy Sachs:

- desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado;
- segurança alimentar;
- capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção;
- razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica; -
- inserção soberana na economia internacional (SACHS, 2009, p. 86-87).

Nessa dimensão, predomina a forma de produção material e de relacionamento socioeconômico dos atores e dos demais envolvidos na realidade de cada organização. Tem como indicadores os seguintes itens: economia solidária, infraestrutura organizacional, mercados diferenciados, relação organização/financiadora(s), renda do público assessorado e programas governamentais.

A quarta dimensão denomina-se ética e está relacionada à ação solidária, ao direito da natureza, à recuperação da dignidade, à retomada de novas atitudes, à sociodiversidade, à saúde e à questão de gênero e geração.

Sem dúvida, a retomada da ética como eixo condutor do comportamento individual e coletivo é a ação mais indicada a ser exercida no cotidiano organizacional e sua aferição resulta basilar para o conhecimento da seriedade dos trabalhos executados.

Essa avaliação está contida nos seguintes indicadores: adoção de novos valores, busca de alimentação saudável, conservação da biodiversidade, resgate da cidadania e dignidade, respeito à heterogeneidade étnica e cultural, solidariedade intra e intergeracional.

Intitulada política, a quinta dimensão, segue voltada para os seguintes critérios: “democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos; desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, [...]; um nível razoável de coesão social” (SACHS, 2009, p. 87).

Aliás, têm-se nessa dimensão, as informações referentes à atuação sociopolítica dos atores e como articulam suas ações na intenção de empoderamento social. Como indicadores, estão descritos alguns pontos: ativismo de lideranças, democracia participativa, fomento e execução de políticas públicas, gestão territorial, enfrentamento ao agronegócio, parcerias institucionais e proteção das economias locais.

A dimensão social prioriza “[...] um patamar razoável de homogeneidade social; distribuição de renda justa; emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente; igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais” (SACHS, 2009, p. 85).

Efetivamente, as atividades desenvolvidas priorizam a obtenção de situações de bem estar social e necessitam constantemente de empenho e conjunto. Os indicadores dessa dimensão são: capacitação profissional do público assessorado, desenvolvimento local, experiência acumulada, formação de lideranças, legitimidade organizacional, participação nos movimentos sociais, planejamento, avaliação e monitoramento das atividades organizacionais e da pobreza rural.

Pelo fato das seis dimensões conterem quarenta e dois indicadores escolheu-se qualificar, através da matriz FOFA, a natureza do desafio enfrentado no labor diário da organização, bem como, com o auxílio da escala Likert, foi possível obter a mensuração de cada indicador.

Com efeito, foram escolhidos os numerais cardinais dentro dessa escala, assim nomeados: um (1) corresponde à escolha “sem importância”, dois (2) equivale a “pouco importante”, três (3) é igual à opção “nem importante, nem sem importância”,

quatro (4) para “importante” e cinco (5) refere-se a “muito importante”. Para elucidar o que é a escala Likert, utiliza-se essa afirmação:

Es un tipo de instrumento de medición o de recolección de datos que se dispone en la investigación social para medir actitudes. Consiste en un conjunto de ítems bajo la forma de afirmaciones o juicios ante los cuales se solicita la reacción (favorable o desfavorable, positiva o negativa) de los individuos (MALAVE, 2007, p. 3).

Também, fez-se necessário realizar a tradução do questionário para a língua espanhola para ser submetido às organizações que contribuíram com a pesquisa. Esclarece-se que a tradução foi feita por uma terceira pessoa com proficiência e experiência profissional nessa língua. Por conseguinte, as respostas vieram escritas na língua espanhola e foram traduzidas pelo autor a fim de compor o texto discursivo do estudo em questão, que deve ser considerado uma adaptação transcrita das respostas advindas dos questionários organizacionais.

A metodologia empregada nessa pesquisa, portanto, está composta por diferentes métodos e ferramentas que visam contribuir para o entendimento da vida dos atores socioambientais e para o desenvolvimento cotidiano de suas ações nos territórios situados. Devido à complexidade da realidade social, instituída no contexto geográfico-histórico da Bacia do Prata, encontram-se similaridades e singulares nas atuações das organizações pesquisadas.

3 REVISÃO DE LITERATURA

*De la tierra incendiada
surgieron
radiantes mis
hermanos.
Ellos eran la Tierra.*

*Levantaron sus casas.
Construyeron
otra mesa más grande
en la matriz bravía de
la tierra.*

Rubén Vela

Para sustentar a ideia de que as organizações atuam como atores socioambientais, dinâmicos, inovadores, capazes de promover e manter uma nova forma de desenvolvimento, adequado e sustentável, independentemente da determinação de origem, apresenta-se a seguinte afirmação:

[...] as organizações são elementos centrais na concepção, gestão, implementação e avaliação de políticas e ações de desenvolvimento rural. [...] a forma de nossa atuação organizacional pode ter efeitos sobre o tipo de desenvolvimento que iremos promover. [...] a “condição organizacional” afirma também que as próprias organizações existem e se desenvolvem sob determinadas condições: mais especificamente, sob condições sociais, políticas, cognitivas, culturais e ambientais. Por isso, elas mesmas são estruturas contingentes e contextuais. Isso implica que elas não são plenamente moldáveis, planejáveis, controláveis e racionais como, frequentemente, pensamos ou desejamos e como, normalmente, pressupõem as políticas e ações tecnocráticas (SOUZA, 2012, p. 9-10).

Além de especificar essas características importantes que identificam a natureza das organizações é pertinente que se defina o que é uma organização: “a organização é, em essência, um sistema social interativo e, como tal, possui dimensões sociais, políticas, cognitivas e culturais [...]” (SOUZA, 2012, p. 13).

Evidentemente, dizer que essas organizações atuam como atores socioambientais merece uma explicação mais consistente do conceito de ator social, que é explicitado na seguinte citação:

Tomemos o ator social como exemplo. Embora ele remeta, inicialmente, à teoria do papel social no âmbito do paradigma estrutural-funcionalista – o ator como alguém que “representa um papel” –, ele é também utilizado, de forma mais livre, para representar exatamente o oposto, o “agir” dos indivíduos e grupos em suas contendas contra as estruturas dominantes. [...] Este ator é um estrategista, exatamente o inverso do ator da teoria estrutural-funcionalista do papel, que é um indivíduo que internaliza as normas sociais de seu meio e tende a agir por conformidade a elas. [...] Há, portanto, vários usos possíveis para o termo “ator social”, muitos deles, inclusive, contraditórios entre si quanto às teorias da ação que representam (SOUZA, 2012, p. 19).

Dessa forma, encontram-se, também, referências aos termos “agentes” e “sujeitos” de desenvolvimento, que são empregados, segundo o autor citado, de maneira controversa e merecem atenção devida quanto à denominação a escolher no momento da descrição dos atores. Em outras palavras, agente e sujeito recebem definições distintas, conforme aponta o texto abaixo:

[...] o termo geralmente sugere um indivíduo (ou mesmo organizações como ONGs e movimentos sociais) relativamente autônomo, consciente do potencial de suas ações, que, por isso mesmo, projeta-se como protagonista da vida social, frequentemente com uma perspectiva transformadora. [...] Como indivíduos socializados, os agentes incorporam, por um processo histórico e subjetivo de socialização, as regras, os sentidos e os objetivos do jogo em seu campo de ação [...] e, estando imersos na ação e movidos pela necessidade, aprendem, na prática mesmo, a agir eficazmente em relação aos seus interesses. [...] Mesmo o termo sujeito [...], usado por muitos filósofos e teóricos sociais, como Anthony Giddens e Alain Touraine, não é incontroverso e não representa, exatamente, o mesmo para todos os autores que o utilizam (SOUZA, 2012, p. 19 e 20).

Para melhor compreender a forma de agir dessas organizações é imprescindível reconhecer que existe a complexidade da realidade social, na qual estão inseridas e o conjunto estrutural da vida de trabalho. Logo, suas atividades correspondem aos contextos e conjunturas sociais e são determinadas, ao longo de suas histórias organizacionais, pelas temáticas desenvolvidas nas suas áreas de atuação. Com esse intuito, suas ações são exemplificadas na citação abaixo, no caso referente à geografia, contudo muito pertinente ao labor das entidades que seguem as vias da crítica e da operacionalidade:

[...] consiste em desconstruir as representações do mundo que podemos denominar de não sustentáveis, mostrando – a partir dos mesmos usos distorcidos do conceito de sustentabilidade – como essas são o fundamento e a justificativa de práticas injustas e destrutivas. A segunda, deve contribuir para o nascimento e difusão de novas representações baseadas no reconhecimento e valorização das potencialidades desprezadas em cada território e em cada sociedade local (DEMATTEIS, 2007, p. 10).

São significativas as contribuições desses atores socioambientais quanto à organização das bases de trabalho, articulados nos coletivos que atuam com finalidades de emancipação e autonomia nos respectivos territórios. Para melhor esclarecer essa atitude inovadora e educativa, aponta-se:

[...] constituído pelas entidades e/ou formas associativas formalizadas ou semiformalizadas, situadas em territórios definidos e com atuação contínua em relação ao cotidiano de sua população-alvo. Refere-se aos denominados “movimentos ou organizações de base” ou aos mediadores diretos (ONGs, pastorais) que atuam junto a essas bases. [...] No *nível organizativo das bases* operam-se as práticas educacionais orientadas a desconstruções e reconstruções simbólicas relativas a políticas identitárias e de acordo com princípios formadores do movimento; a construção de novas identidades; a formação de sujeitos autônomos e o papel dos atores nos processos de mudança social (WARREN, 2007, p. 6 e 11).

Com a finalidade de direcionar essa revisão de literatura no desenvolvimento teórico das temáticas, foram considerados pelo autor os temas mais adequados a esse estudo de casos múltiplos. Portanto, é marcante a influência do pensamento socioambiental nos atores, pois eles mantêm a maioria de suas atividades pautadas pela renovação da relação sociedade e meio ambiente, através de processos educativos e produtivos acompanhados nos públicos assessorados. Desse modo, se faz oportuno considerar que:

Os desafios da sustentabilidade levam-nos a refletir sobre a necessidade de transformar os processos educativos a partir dos princípios do saber e da racionalidade ambiental. [...] A educação ambiental incorpora os princípios básicos da ecologia e do pensamento complexo; mas não é tão somente um meio de capacitação em novas técnicas e instrumentos para preservar o ambiente e para valorizar os bens e serviços ambientais; não se limita a nos preparar para nos adaptar às mudanças climáticas e ao aquecimento global; a sobreviver na sociedade do risco, para além das precárias seguranças que a ciência e o mercado poderiam oferecer (LEFF, 2010, p. 180).

Com efeito, a constatação do desajuste vivido pela sociedade contemporânea, nas relações estabelecidas com o meio ambiente e consigo mesma, indica uma necessária reorientação dos valores morais e aponta para a transformação urgente, exigida nas práticas cotidianas. Logo, essas mudanças necessárias passam a fazer parte da atitude individual através da conscientização promovida pela educação e ganham força e representação dentro das organizações, no momento em que se engajam em lutas sociais, já que:

[...] a liberdade é mediada pela satisfação de necessidades e por nossa responsabilidade pelo que é comum a todos. Significa dizer que se uma pessoa quer ter dignidade de vida, isso não pode implicar impedimento deste direito a outrem ou aprofundar a devastação planetária, e é na arena pública, na prática política junto ao Estado ou não e na objetivação de relações econômicas igualitárias, que podemos encontrar alternativas realistas, democraticamente concebidas, e justas socialmente. Algo que pressupõe a defesa de movimentos sociais com teor de classe e a construção de canais de participação em espaços públicos para a discussão e decisão sobre investimentos em determinados tipos de tecnologias que precisam ser desenvolvidas e, principalmente, sobre que bens necessitam ser produzidos, a forma como isso se dá e como eles se tornam acessíveis às pessoas (LOUREIRO, 2012, p. 37).

Além da orientação voltada ao esclarecimento dos coletivos de trabalho e da tomada de posicionamento político das entidades, suas identidades organizacionais se fortalecem na participação em movimentos sociais que se manifestam como:

[...] articuladores de uma Vontade Geral e como limitadores da lógica liberal dominante baseada na representação exclusivamente individual, típica desta corrente, e que usurpa a soberania popular, uma vez que inviabiliza a participação popular direta e institucionalizada a política em espaços reduzidos a procedimentos previamente determinados. Em síntese, os Movimentos Sociais são portadores potenciais da capacidade ou faculdade de recuperação do ideal da soberania popular como fonte de legitimidade do poder, perdido no liberalismo devido o sentido de representação assumido pela democracia parlamentar. Princípio este substituído pelo critério absoluto da legalidade como condição suficiente da legitimidade. Na medida em que os Movimentos Sociais reclamam outros critérios de legitimidade que não os definidos pela legalidade instituída, recusando a redução da legitimidade à legalidade (“gaiola de aço” da legalidade) eles não só questionam a soberania da lei mas também afirmam a necessidade do espaço político ser um espaço autônomo (VIEIRA; SCHÜTZ, 2012, p. 27-28).

Desse modo, as reivindicações das entidades possuem uma pauta multidisciplinar, que abrange questões relativas à sociedade e ao meio ambiente. Logo, dentre os assuntos tratados, ganha relevância o tema da biodiversidade e da

diversidade cultural que são mantidos como esteios balizadores da soberania e da determinação histórica que propugnam. Em particular, para conseguir essas metas, é notória a opção pelo diálogo de saberes baseado numa ecologia de saberes, que pode ser assim definida:

Siendo infinita, la pluralidad de saberes existentes en el mundo es inabarcable en cuanto tal, ya cada saber sólo da cuenta de ella parcialmente, a partir de su específica perspectiva. Pero, por otro lado, como cada saber sólo existe en esa pluralidad infinita de saberes, ninguno de ellos se puede comprender a si mismo sin referirse a los otros saberes. El saber sólo existe como pluralidad de saberes tal como la ignorancia sólo existe como pluralidad de ignorancias. Las posibilidades y los límites de comprensión y de acción de cada saber sólo pueden ser conocidas en la medida en que cada saber se propusiera una comparación con otros saberes. Esa comparación es siempre una versión contraída de la diversidad epistemológica del mundo, ya que ésta es infinita. Es, pues, una comparación limitada, pero es también el modo de presionar al extremo los límites y, de algún modo, de rebasarlos o dislocarlos. En esa comparación consiste lo que designo como ecología de saberes (SANTOS, 2010, p. 67).

Indubitavelmente, ao traçar um caminho nessa pauta de trabalho e ao posicionar os pontos de referências, espalhados nos escopos teóricos de diversos pensadores da atualidade, as entidades colaboram ativamente na fundamentação dos alicerces de mudanças sociais pertinentes com a racionalidade de competência ética. No tocante, ao tema da proteção da biodiversidade se encontra uma intensa atividade das entidades referentes à valorização de saberes associados aos recursos genéticos locais, pois:

[...] a perspectiva da autonomia cultural procura, a partir da crítica ao conceito de “biodiversidade” enquanto construção hegemônica, abrir espaços no interior da rede da biodiversidade de maneira a permitir a construção de formas de desenvolvimento baseadas na cultura e em projetos de vida associados a lugares, de modo a contrariar orientações etnocêntricas [...] (SOUZA, 2005, p. 63).

Cabe lembrar, como assunto básico, a importante contribuição da ética na consolidação tanto do quadro profissional quanto na definição da missão e dos objetivos das instituições. Por conseguinte, constata-se as lições aprendidas no princípio de responsabilidade e na ética do cuidado, nas quais estão explícitas as propostas emancipatórias que alimentam a resistência e a filosofia de vida desses atores socioambientais. Em outras palavras, pode-se dizer que:

A justificativa de uma tal ética, que não mais se restringe ao terreno imediatamente intersubjetivo da contemporaneidade, deve estender-se até a metafísica, pois só ela permite que se pergunte por que, afinal, homens devem estar no mundo: portanto, por que o imperativo incondicional destina-se a assegurar-lhes a existência no futuro. A aventura da tecnologia impõe, com seus riscos extremos, o risco da reflexão extrema. Tenta-se aqui estabelecer os seus fundamentos, na contramão da renúncia positivista-analítica própria à filosofia contemporânea. Serão retomadas, do ponto de vista ontológico, as antigas questões sobre a relação entre ser e dever, causa e finalidade, natureza e valor, de modo a fundamentar no Ser, para além do subjetivismo dos valores, esse novo dever do homem, que acaba de surgir [...] expresso no conceito de *responsabilidade* (JONAS, 2006, p. 22).

A afirmação acima reitera a legitimidade e a inovação que os trabalhos, sinônimos de cuidados, nesses diversos coletivos propiciam como forma de identidade social, a saber:

[...] o cuidado oferece a base para um discurso ético universal. A razão principal disso reside no fato de o cuidado pertencer à essência concreta do ser humano (*Dasein*) e também se apresentar como resposta mais abrangente e necessária à crise ecológica que afeta todo o sistema-Terra. Para que apareça toda sua importância e capacidade de resposta faz-se mister precisá-lo, aprofundá-lo e também confrontá-lo dialeticamente com o outro discurso ético que sempre predominou na cultura ocidental, dos gregos até hoje, que é o discurso da ética da justiça, de certa forma universalizado. Cuidado e justiça se distinguem, possuem lógicas diferentes, mas não se opõem. Eles se compõem. Precisamos de ambos para dar conta da complexidade dos problemas atuais (BOFF, 2013, p. 113114).

Até o momento, pode-se vislumbrar o cenário de como as organizações se apresentam como atores anunciando de novas propostas à sociedade, ao participarem nos movimentos sociais, investidos de propriedades legitimadoras em suas práticas, refletidas na promoção do diálogo de saberes e na ética responsável.

Cada qual, à sua maneira e no seu território específico, procura desempenhar e construir relações mais equitativas e solidárias, devido à consciência sobre os benefícios que as atitudes sérias e comprometidas trazem ao longo do tempo. Num esforço contínuo, prezam por alianças com demais atores sociais que se tornam dignos de confiança. Para que isso seja possível exercem uma postura revolucionária, centrada no anúncio dos ajustes primordiais que a sociedade atual deve realizar, e que pode ser confirmada nesse discurso:

Uma das questões centrais com que temos de lidar é a promoção de posturas rebeldes em posturas revolucionárias que nos engajam no processo radical

de transformação do mundo. A rebeldia é o ponto de partida indispensável, é deflagração da justa ira, mas não é suficiente. A rebeldia enquanto denúncia precisa se alongar até uma posição mais radical e crítica, a revolucionária, fundamentalmente anunciadora. A mudança do mundo implica a dialetização entre a denúncia da situação desumanizante e o anúncio de sua superação; no fundo, o nosso sonho (FREIRE, 2000, p. 81).

A partir de posicionamentos mais coerentes com possíveis modificações que tentam programar, através da agenda de trabalho planejada, as entidades embasam-se no pensamento socioambiental consolidado nas últimas décadas. É evidente a influência de vários colaboradores localizados em todos os níveis da sociedade, inclusive o amálgama de conhecimentos disponíveis possibilita a escolha de diferentes soluções aos problemas enfrentados. Cabe o esclarecimento que elas tentam, ininterruptamente, efetivar câmbios perceptivos, uma vez que:

[...] empenham-se em esclarecer o que pode ser “identidade”, “alteridade”, “diversidade”, “pluralidade”, ou “pobreza”, “miséria”, “riqueza”, “desigualdade”, “justiça”, “injustiça”, “equidade” e até mesmo “humanidade”. [...] Em diferentes linguagens, empenham-se em esclarecer qual pode ser o “universo da justiça”, o “*éthos* mundial”, a “moral ecumênica”, a “civilização planetária”, o “diálogo ecumênico”, a “ética para o novo milênio”. Todos, em diferentes linguagens, propõem novos entendimentos, regionais, nacionais e mundiais presentes nos povos e nas nações, nas culturas e nas civilizações (IANNI, 2011, p. 395).

Pela mesma razão, o socioambientalismo adquire importância à medida que estimula a reunião desses atores em redes, que são facilitadoras da comunicação, da crítica e das ações desenvolvidas nos territórios. Aliás, essa reunião acontece para a defesa de suas temáticas e para a discussão horizontal das prioridades, ou seja:

A reflexão e o debate sobre a sociedade civil, a questão ambiental, a sustentabilidade e o desenvolvimento formam o pano de fundo para o surgimento e a construção da abordagem socioambiental no contexto latinoamericano, sobretudo quando a tais elementos se somam outras duas importantes características do continente: a rica biodiversidade e a exclusão social. É a partir dessa interface e da relação entre ambos que se forma o elemento do socioambientalismo. [...] Em consequência de uma maior complexidade da temática ambiental e das discussões acerca da sustentabilidade, as organizações sociais criaram redes e fóruns de discussões com seus pares em outros países em busca de reconhecimento, conhecimento e troca de experiências. [...] Também a variedade de perspectivas acerca da concepção sobre a natureza e o ambiente, e sobre os conflitos ambientais traz consigo grande complexidade e provoca a formulação de várias correntes de pensamento voltadas ao estudo e ao entendimento sobre a temática ambiental e a relação homem-natureza ao longo das últimas décadas (ALBUQUERQUE, 2011, p. 237 e 238).

Num esforço comum, todas as organizações, explícita e implicitamente, priorizam o processo educativo, que se evidencia nas práticas de educação popular e ecoalfabetização, nos quais o eixo orientador indica a persistência da importância da justiça social e ambiental. Sem dúvida, emerge “a noção de cidadania ambiental, ao universalizar direitos específicos e especificar direitos universais, sugere uma ampliação radical da noção mais costumeira de cidadania [...]” (WALDMAN, 2003, p. 546).

Em decorrência da preocupação unânime das organizações para com o processo educativo, deduz-se que os trabalhos com os coletivos de formação são baseados nas metodologias participativas e no comprometimento compartilhado. A afirmação abaixo esclarece a razão pela opção da educação de caráter crítico:

O enfoque quanto aos indivíduos na sociedade é de que eles devem superar sempre as perspectivas individualizantes, típicas de uma sociedade capitalista. As ações dos sujeitos realizam-se na sociedade no coletivo pelo coletivo, almejando a autonomia, a criatividade transformadora e liberdades humanas. Nessa perspectiva, a educação é compreendida como um processo permanente, cotidiano e coletivo pelo qual o sujeito constrói suas ações, refletindo, agindo e transformando a realidade de vida; a educação é entendida pela ótica democrática, da autogestão, com a convicção de que a participação social e o exercício da criticidade são práticas indissociáveis dos processos educativos. Propõe-se a desenvolver e estimular a atitude crítica diante dos desafios da crise socioambiental conjuntamente com a vocação transformadora dos valores e práticas contrárias ao bem-estar público e coletivo. (SILVA; COSTA; ALMEIDA, 2012, p. 121).

É muito importante, destacar também, a colaboração da justiça ambiental como questão central nas ações dessas entidades, uma vez que suas histórias são marcadas por enfrentamentos permanentes de situações insustentáveis que degradam tanto as identidades dos grupos quanto o ambiente que habitam. Todavia, reforçam suas defesas na medida em que fundamentam seus princípios nessa abordagem. Significa que:

A noção de “justiça ambiental” exprime um movimento de ressignificação da questão ambiental. Ele resulta de uma apropriação singular da temática do meio ambiente por dinâmicas sociopolíticas tradicionalmente envolvidas com a construção da justiça social em sentido amplo. [...] Justiça Ambiental é, portanto, uma noção emergente que integra o processo histórico de construção subjetiva da cultura dos direitos no bojo de um movimento de expansão semântica dos direitos humanos, sociais, econômicos, culturais e ambientais. Na experiência recente, a justiça ambiental surgiu da criatividade

estratégica dos movimentos sociais, alterando a configuração de forças sociais envolvidas nas lutas ambientais e, em determinadas circunstâncias, produzindo mudanças no aparelho estatal e regulatório responsável pela proteção ambiental (ACSELRAD, 2005, p. 219 e 223).

Outra temática encontrada como orientadora das atividades organizacionais que alcança grande relevância refere-se ao modo de produção sustentável adotado e praticado por todos os públicos assessorados. Nele, estabelece-se a proposta agroecológica como matriz produtiva, como ciência interdisciplinar e como movimento social. Salienta-se que expressões de representação acontecem concomitantemente e não se separam na práxis, porque são desdobramentos de sua natureza teleológica.

A fim de apoiar essa opção pela Agroecologia tem-se como base o que segue:

[...] o termo Agroecologia foi cunhado para demarcar um novo foco de necessidades humanas, qual seja, o de orientar a agricultura à sustentabilidade, no seu sentido multidimensional. Em um sentido mais amplo, ela se concretiza quando, simultaneamente, cumpre com os ditames da sustentabilidade econômica (potencial de renda e trabalho, acesso ao mercado), ecológica (manutenção ou melhoria da qualidade dos recursos naturais e das relações ecológicas de cada ecossistema), social (inclusão das populações mais pobres e segurança alimentar), cultural (respeito às culturas tradicionais), política (organização para a mudança e participação nas decisões) e ética (valores morais transcendentais) (MARCO..., 2006, p. 22-23).

Com o intuito de reforçar a Agroecologia como uma força inovadora de coesão social e de desenvolvimento sustentável, tanto no meio urbano como no meio rural, pode-se concluir que:

Definitivamente, o homem artificializa a natureza por meio da cultura, deixando gravada nela sua marca e introduzindo, assim, sua identidade específica. Portanto, é falsa a crença generalizada de que a identidade concreta de uma localidade é produto do seu isolamento. Ao contrário, as respostas socioculturais e ecológicas, resultado da co-evolução, são produto tanto do manejo dos recursos naturais, quanto das explicações que a cultura atribui aos resultados obtidos. Quando as respostas são adequadas à própria localidade e as suas condições concretas e específicas, ocorre a geração de um potencial de possibilidades e limitações (SEVILLA GUZMÁN, 2005, p. 130).

Diante disso, apresenta-se a grande força de mudança que predomina, nos territórios, através dos saberes locais, nos quais a formação coletiva determina o curso das ações orientadas pela proposta agroecológica. Para ilustrar essa afirmativa, convém citar Sevilla Guzmán:

O mais relevante nas respostas socioculturais e ecológicas geradas a partir do local são os mecanismos de reprodução e as relações sociais que deles derivam. É nos processos de trabalho, e nas instituições sociais surgidas em torno deles, onde aparece a autêntica dimensão do endógeno. O que a agroecologia pretende é ativar esse potencial endógeno, gerando processos que dêem lugar a novas respostas ou façam brotar as velhas (se estas forem sustentáveis). O mecanismo de trabalho por meio do qual chega-se a tal ativação é constituído do fortalecimento dos marcos de ação das forças sociais internas à localidade. É assim que, por parte dos atores sociais, se leva a cabo a apropriação daqueles elementos de seu entorno (tanto genuinamente locais como genericamente exteriores) que lhes permitem estabelecer novos cursos de ação (SEVILLA GUZMÁN, 2005, p. 130-131).

Objetivando reforçar o papel desses atores socioambientais no desenvolvimento dessa matriz inovadora, aplicada aos processos produtivos de cultivo de alimentos e fundamentar a nova forma de relacionamento sociedade e meio ambiente, tanto no meio urbano como no meio rural, pode-se afirmar que:

[...] observa-se que o desenvolvimento da ecologia na agricultura traz consigo a emergência de outra ruralidade: a socioambiental. Isto porque traduz ações de agricultores que constroem uma racionalidade que, a partir de tensões e conflitos, se diferencia da racionalidade instrumental. Essa racionalidade identificada como ecossocial ou ambiental traz orientações fundamentadas em múltiplas razões ou motivos. O rural que pode resultar da ação desses personagens se diferencia do rural moderno que, mesmo conservando a natureza, privilegia o instrumentalismo tecnológico tendo como primazia a rentabilidade econômica. Dessa forma, pode-se afirmar que uma “outra ruralidade” tensiona o rural moderno: uma ruralidade socioambiental, que não é domínio exclusivo da racionalidade instrumental (BRANDENBURG, 2012, p. 30).

Destarte, nessa revisão de literatura são abordadas algumas temáticas consideradas proeminentes para o estudo das organizações e através de suas considerações se esboça alguns aspectos da vida funcional das mesmas.

4 CARACTERIZAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS ORGANIZACIONAIS

*Hoy por ti, mi pueblo americano.
Por los hombres que nacen
desde el fondo del cobre como orquídeas salvajes. [...]
Para hablar y respirar,
sólo por eso,
hoy por ti, América, mi pueblo!*

Rubén Vela

A consolidação de experiências afirmativas em sustentabilidade é resultado de planejamento compartilhado, num determinado território, entre diferentes atores socioambientais. Cada ator, por seu curso, realiza sua ação conforme a determinação de sua missão e objetivos institucionais.

Nesse sentido, esse estudo propiciou a pesquisa de quatro organizações sociais, as quais trabalham o processo de desenvolvimento sustentável em diferentes territórios e com abordagens individualizadas. Contudo, apesar das distinções de enfoque, suas metodologias são orientadas pelo diálogo de saberes, que se caracteriza como princípio fundador da retomada da educação emancipadora e da determinação histórica do protagonismo popular.

Sendo assim, suas biografias foram e são motivadas por fatores de diversas ordens, porém destacaram-se como similaridades identificadas, no momento da interpretação dos dados informacionais, a expressiva importância das questões social e ambiental.

Requer informar que essa exposição descritiva está referenciada pelas respostas obtidas através dos questionários de coleta de dados organizacionais e deve, novamente, ser considerada uma adaptação transcrita da pesquisa executada.

4.1 NOME E REGIÃO DE ORIGEM

Para iniciar essa caracterização é necessário, primeiramente, citar os nomes das organizações e suas respectivas nacionalidades, uma vez que, ao conhecer suas denominações e suas regiões originárias obtém-se uma amostra provisória das finalidades e das estratégias de ação socioambiental por elas desempenhadas.

Primeiramente será apresentada a organização argentina denominada “*El Albardón*”, um viveiro experimental de mudas de espécies nativas do rio da Prata, na área litorânea, localizado no município de *Ensenada*, no estado de Buenos Aires.

Na sequência, a organização pesquisada no Brasil, intitula-se “CAPA”, sigla que designa o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, com sede administrativa localizada no município de Marechal Cândido Rondon, pertencente, geograficamente, ao extremo oeste paranaense.

A organização paraguaia chamada “*Sobrevivencia, Amigos de la Tierra Paraguay*”, encontra-se sediada em Assunção, capital do país, região da transição entre o bosque atlântico e o chaco úmido.

Por fim, no Uruguai, na região costeira de Montevidéu, capital nacional, tem-se a organização *Acción Promocional “18 de Julio”*.

Ressalta-se que as organizações formam duplas em relação às regiões geográficas, pois tanto CAPA como a *Sobrevivencia* estão situados em áreas originárias de floresta atlântica. Por outro lado, as organizações, *El Albardón* e *Acción Promocional “18 de Julio”*, estão localizadas na planície costeira dos seus respectivos países.

Consequentemente, esses pontos relevantes, nome e geografia, revelam identidades que cada organização constrói a partir dos desafios cotidianos e de longo tempo. Com efeito, desdobram-se, nas suas atividades, estratégias de permanência como atores engajados na promoção da justiça ambiental e da ética.

4.2 OBJETIVOS

Ao analisar os objetivos das organizações, notam-se os sentidos orientadores das conquistas almejadas e as determinações das práticas adotadas na busca da sustentabilidade, como princípio equalizador da relação sociedade e meio ambiente.

Com o intuito de saber quais são os objetivos que cada organização persegue, serão descritas, adiante, as ações executadas pelas entidades.

Inicialmente, destaca-se a organização argentina *El Albardón*, a qual atua da seguinte maneira: auxilia na construção de uma relação mais amistosa entre as pessoas e o meio ambiente; efetiva o desenvolvimento das comunidades humanas costeiras que conseguem entender as limitações e disposições estabelecidas pelo ambiente; estimula a equidade social no desenvolvimento; cultiva o conhecimento e a experiências relativas à flora nativa e sua utilização; compartilha conhecimentos e experiências; conduz cultivos produtivos; assessora atividades produtivas, com base na agroecologia, para a promoção da soberania alimentar.

O Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) é uma organização brasileira, que almeja a produção de referências ecológicas nas unidades produtivas em diversas atividades agrícolas e pecuárias com a intenção de fortalecer a agricultura familiar e tradicional; colaborar no protagonismo e no empoderamento das organizações de agricultores; desenvolver a solidariedade entre consumidores e agricultores; constituir alianças de fortalecimento das organizações de agricultores familiares; defender os direitos humanos, a biodiversidade e o desenvolvimento sustentável; estimular e habilitar os beneficiários à participação política e social; realizar e expandir a proposta da produção de alimentos saudáveis baseada na soberania alimentar; valorizar o ser humano como digno e fundamental nas suas diversas dimensões; e, ajustar as ações e o diálogo para valorizar agricultura familiar e tradicional na sua diversidade cultural e étnica.

A organização paraguaia *Sobrevivencia, Amigos de la Tierra Paraguay* é descrita por pautar suas atividades na edificação da sociedade de modo sustentável, por intermédio do exercício da cidadania, através dos seguintes objetivos: estabelecer situações favoráveis para a conservação, a restauração e a gestão sustentável dos bens culturais e naturais; propiciar a formação de consciência pública socioambiental; promover a geração e o compartilhamento de conhecimento e informação de caráter ambiental e social, em todos os níveis da sociedade; elaborar um marco institucional e legal para a efetivação da justiça ambiental; captar e socializar habilidades tanto na sociedade civil, quanto no setor público sobre questões socioambientais; desenvolver, através dos princípios da economia ecológica, ações para o estabelecimento de sociedades sustentáveis.

Por último, cabe destacar as atividades e objetivos perseguidos pela organização uruguaia *Acción Promocional "18 de Julio"*. Ela objetiva o aperfeiçoamento e o progresso da comunidade por meio do suporte e da assessoria, fornecidos gratuitamente, à gerência de comissões de moradores, aos coletivos de ações sociais, culturais, desportivos, educacionais, localizados em áreas urbanas, suburbanas ou rurais, que visam o fortalecimento individual ou coletivo das pessoas. É por isso que a afirmação do protagonismo repercute numa escala geográfica maior, à medida que os participantes desses grupos assumem os seus próprios processos, reforçam o sentimento de pertencimento territorial e harmonizam as relações de convivência humana e ambiental.

Para que todos os objetivos descritos das quatro organizações sejam efetivados satisfatoriamente, de maneira contínua, faz-se necessário o relato das qualificações profissionais do quadro funcional dos atores envolvidos, devido ao fato de, ao confrontar-se diante da envergadura temática de cada trabalho organizacional tem-se uma representação das habilidades requeridas conforme a situação da realidade territorial.

4.3 TEMÁTICAS E QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS

Novamente, inicia-se a descrição dos itens acima mencionados com a organização argentina *El Albardón*, que enfoca nos seus objetivos as seguintes temáticas: relação sociedade e meio ambiente, conhecimento ecológico, equidade social, etnoconhecimento, fitotecnia, conhecimento botânico, fitoterapia, socialização das experiências, agricultura familiar, agroecologia e soberania alimentar.

Para que esses temas sejam desenvolvidos *El Albardón* possui um quadro profissional constituído por pessoas qualificadas em áreas afins, como biologia, com competência em botânica, zoologia, além de destrezas em oficinas de capacitação e comunicação, pesquisa com fitoterapia, agroecologia para o autoconsumo familiar, resgate de conhecimentos tradicionais e no desenvolvimento de sistemas de informação geográfica. Conta ainda com pessoas hábeis nas práticas de produção de mudas de espécies nativas, na manutenção do banco de sementes, no preparo de plantas medicinais e no suporte ao trabalho com agricultura familiar.

Em seguida, o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, CAPA, organização brasileira, engloba nos seus objetivos os seguintes assuntos: agricultura familiar, agroecologia, associativismo, solidariedade, protagonismo, direitos humanos, biodiversidade, desenvolvimento sustentável, políticas públicas, geração, gênero, soberania alimentar, diversidade étnica e cultural.

Em relação a esses temas, seu quadro profissional está caracterizado por pessoas com competência, predominantemente, nas ciências rurais, ou seja, agrônomos, zootecnistas e técnicos de nível médio. Também, qualifica o seu trabalho organizacional através de profissionais de formação administrativa e social.

Já, a organização paraguaia *Sobrevivencia, Amigos de la Tierra Paraguay* apresenta no seu dia a dia afazeres relativos aos temas socioambientais, pois nos objetivos relatados são expressivas as questões pertinentes a: cidadania, sociedade sustentável, gestão de bens naturais e culturais, conscientização socioambiental, socialização das experiências, justiça ambiental e economia ecológica. A fim de atender a esses assuntos relacionados com a temática social e ambiental, esse ator está representado por profissionais de distintas áreas: engenharia com ênfase em hidrologia, ecologia e análise de sistemas; etnografia; arquitetura com destaque no planejamento do uso territorial, na política pública e meio ambiente; advocacia dirigida aos direitos ambientais e humanos; ciências ambientais; psicologia educacional; comunicação social; desenho gráfico; agroecologia e contabilidade.

Para encerrar o esclarecimento sobre as temáticas importantes de cada entidade e a nomeação de suas qualidades profissionais, menciona-se, a princípio, a organização uruguaia *Acción Promocional "18 de Julio"*.

Esta prioriza questões principalmente concernentes, à formação de competências individuais e coletivas, referentes ao desenvolvimento protagonista das comunidades, à harmonia da convivência na sociedade e entre sociedade e meio ambiente, à equidade de gênero, à geração, à cidadania, à autoestima, à psicologia social, ao desenvolvimento local, à saúde e planejamento familiar, à educação crítica, à formação agroecológica na produção de alimentos e de plantas ornamentais, à consultoria jurídica, à formação em informática.

Além da diversidade de atividades acima relatadas oportuniza também inúmeras oficinas de formação nas diferentes áreas: pintura, construção civil, podas,

ferrarias, área sanitária, atendimento da população com necessidades básicas, apicultura orgânica, agroecologia na jardinagem e horta orgânica, autogestão, associativismo e conhecimento do mercado de trabalho referente aos ofícios ensinados.

No intuito de executar as atividades de exigências sociais específicas, acima descritas, a *Acción Promocional*, conta com o auxílio de uma equipe multidisciplinar, junto ao seu quadro de colaboradores e funcionários, tais como: psicólogos sociais, educadores, assistentes sociais, professores de ofícios e de informática e um profissional em agronomia.

4.4 ÁREAS DE ATUAÇÃO E PÚBLICOS ASSESSORADOS

A fim de continuar a caracterização das organizações presentes nesse estudo descritivo e analítico, após nomear seus objetivos, suas temáticas orientadoras e suas qualificações profissionais, segue-se, no processo textual, com a exposição das áreas de atuação e do público atendido através das atividades laborais. É importante destacar que a área de atuação fundamenta o trabalho teórico-prático, o qual, no seu desenvolver, demonstra a lógica de cada atividade.

Um segundo momento de esclarecimento, inicia-se com a organização argentina *El Albardón*, que tem como áreas de atuação o viveirismo de espécies nativas, a soberania alimentar, a saúde integral e a agroecologia. Essa entidade desenvolve suas atividades por intermédio de oficinas, cultivos experimentais, estabelecimento de banco de sementes, distribuição de sementes hortícolas, elaboração de preparados medicinais e herbanário. Seus trabalhos estão baseados no enfoque da pesquisa-ação ou “aprender fazendo” e são marcadas pelo direcionamento à extensão, à difusão e à socialização dos resultados. Por essa razão, sua atuação organizacional é voltada ao atendimento de famílias, de modo geral, professores, técnicos, pessoas envolvidas com a saúde e realiza-se nos municípios de *Berisso* e *Ensenada*, no estado argentino de Buenos Aires.

No caso da organização brasileira, Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor – CAPA, sua área geográfica de trabalho está localizada no Oeste do Paraná, mais especificamente, na bacia hidrográfica do Paraná III e seu público assessorado está

constituído pelos agricultores e familiares, assentados pela reforma agrária e indígenas guaranis.

Suas áreas de atuação, no entanto, dividem-se em cinco escopos de ocupação, demonstrados nas seguintes atividades: a área de organização social, exemplificada no associativismo e cooperativismo, está elucidada pelas assessorias no planejamento de atividades, no preparo de projetos, na atuação em redes e fóruns e na formação de associações e cooperativas; na área de assessoria técnica às famílias e no processo produtivo da unidade familiar.

Também, são desenvolvidas ações quanto ao planejamento da produção, na assistência técnica, no processo de certificação e na agrotransformação e agregação de valor. Na área de formação e capacitação são realizados cursos básicos de agroecologia, fitotecnia de culturas alimentares diversas e homeopatia.

Enquanto que na área de certificação participativa, por sua vez, destaca-se a assessoria e a motivação ao núcleo Oeste do Paraná da Rede EcoVida de Agroecologia, a manutenção da documentação e do controle de registros, a participação no conselho de ética do núcleo e na coordenação, tanto do referido núcleo quanto da rede EcoVida no sul do Brasil. A quinta área de atuação, por seu curso, corresponde à assessoria na comercialização, através do auxílio na elaboração de projetos para o mercado institucional e no planejamento da comercialização de produtos agroecológicos.

Registra-se a seguir o desempenho da organização paraguaia *Sobrevivencia, Amigos de la Tierra Paraguay* relativo às áreas de atuação que mostram a extensão do trabalho. Primeiramente, cita-se a área jurídica que fornece à entidade assessoria técnica legal completa, nos setores administrativos e judiciais, com prioridade às questões socioambientais, abordadas em diferentes métodos de ações, de interesse da instituição e com referência aos princípios da justiça ambiental.

Cabe informar que é singular a atenção voltada ao banco de dados, como ferramenta cardinal dessa área, para manter e disponibilizar as informações atualizadas sobre as normas socioambientais válidas no nível nacional, regional e global. A área jurídica executa, também, atividades no que se refere ao endosso e preparo de políticas públicas ambientais e na concepção de leis sociais e ambientais,

na melhoria de mecanismos de controle da função pública e no empoderamento das instituições democráticas, através a capacitação de habilidades no cultivo das leis.

A seguir tem-se a segunda área de atuação da organização paraguaia, denominada Centro de Ecodocumentação e Informação Pública. Ela atua no sentido de potencializar os trabalhos organizacionais e tem a função específica de oferecer documentação sobre a temática socioambiental às demais áreas da entidade, bem como, disponibilizar essas informações aos parceiros adequados e convenientes, presentes na sociedade civil nacional e internacional.

Além disso, tem o intuito de efetivar a formação de cidadania engajada na construção das sociedades sustentáveis. Ressalta-se que a disponibilização das informações desse centro visa colaborar na edificação das capacidades dos atores aliados e majorar a sinergia nas ações locais e globais.

A terceira área de atuação denomina-se ecossocial e dá suporte à autogestão das comunidades indígenas, camponesas e tradicionais ao respeitar as histórias de seus desenvolvimentos. Para conseguir a troca de conhecimentos e ideias entre os membros dessas comunidades e os profissionais de áreas formativas, foi lançado mão do método de trabalho na transdisciplinaridade. Consequentemente, os aspectos que abrangem as linhas de atuação são distintos: os estudos etnohistóricos, os diagnósticos socioambientais, os planos de recuperação e melhoramento da qualidade de vida, o resgate cultural e a revitalização significativa, entre outros.

A quarta área de atuação chamada de gestão institucional da organização, é responsável por enfatizar os objetivos estratégicos como referências básicas das ações da entidade. A fim de gestar propostas e recursos, essa área realiza a avaliação dos resultados e conduz o desenvolvimento das precisões e resoluções institucionais. Para que isso ocorra, possui quatro eixos de ação, a saber: eixo financeiro, recursos humanos, logística institucional e monitoramento e avaliação.

Caracterizada por embasar as situações necessárias à recuperação, à conservação e à gestão sustentável dos bens naturais tem-se a quinta área de atuação, a ambiental. Dela se origina e são socializados os conhecimentos relativos à problemática socioambiental, tanto fora como dentro da organização, a fim de condicionar a sustentabilidade. Nessa área destacam-se as propostas de trabalho e a

coordenação dos programas e demais atividades que estão direcionados, principalmente, à gestão sustentável dos ecossistemas.

Por fim, menciona-se a atuação do *Instituto Socioambiental del Sur, Escuela de la Sustentabilidad* que, como eixo transversal na organização, tem a função de consolidar um ambiente de diálogo e preparar agentes com capacidade de elaborar e aplicar programas e políticas direcionadas à efetivação de sociedades sustentáveis. Para tanto, age de forma dirigida aos coletivos determinados e usa como metodologias a educação popular ambiental, o diálogo de saberes e conhecimentos e a educação.

Para possibilitar a execução da organização, ela tem à sua disposição duas *Granjas Escuelas del Bosque*, denominadas *Yvapuruvu* e *Arai Rape*. Efetivamente, seus objetivos são o compartilhamento das capacidades de liderança na construção de sociedades sustentáveis, a formação de consciência cidadã na gestão sustentável dos territórios e o reconhecimento da diversidade cultural dos povos.

É relevante frisar que o público atendido pela organização está localizado em todo território nacional paraguaio e é composto pelos camponeses, representados pela Via Campesina e outras organizações, pelos povos indígenas, reunidos na Federação para a Autodeterminação dos Povos Indígenas (FAPI) e pelas autoridades locais e nacionais.

Como última descrição das características acima citadas, mostra-se o exemplo da organização uruguaia *Acción Promocional "18 de Julio"* que, também, atua em cinco eixos de trabalho, assim definidos: Mulher, Infância e Juventude, Desenvolvimento Local, Trabalho Social e Rural. Ressalta-se que a referida organização atua numa das áreas mais pobres e tumultuadas do país. Com efeito, essa situação peculiar ocasiona reflexos na população, expressos em violência, problemas educacionais, nutricionais etc.

Sendo assim, a partir de agora, serão explicitadas cada uma dessas áreas. Para iniciar, aborda-se a área Mulher que está fortemente marcada pela presença feminina, desde o início das atividades, no ano de 1966. Distingue-se pela busca da equidade de gênero e pela igualdade de oportunidades. Já, a segunda área, Infância e Juventude, possui dois coletivos, representados pelo Grupo *Scout* e pelo Centro Juvenil Integral "*Ombú*". O grupo *Scout* existe desde 1973 e atua através de reuniões

semanais e atividades fixas no ano, como o “*Pesebre Viviente*”, o acampamento *Rama* e o acampamento anual nas costas de Rocha.

O Centro “*Ombú*”, iniciado em 1977, em parceria com o INAU (*Instituto de la Niñez y Adolescencia del Uruguay*), tem um processo educativo com metodologia participativa, dirigido por quatro educadores e três oficinairos, cuja meta é a melhoria da qualidade de vida e a garantia da prática da cidadania aos pré-adolescentes e adolescentes do bairro, como sujeitos possuidores de direitos. Realiza esse trabalho, por intermédio de um plano diversificado de enfoques e atividades comunitárias, familiares, ambientais, culturais, recreativas, laborais e educativas.

A terceira área de atuação, denominada de Desenvolvimento Local, que desempenha funções diferenciadas, assim nomeadas: a policlínica do bairro “*18 de Julio*”, atende desde 1983 e dá prioridade à saúde com atendimentos na clínica geral, pediatria, psicologia, psiquiatria, vacinações, ginecologia e planejamento familiar; a biblioteca “*Doña Clara Fernández de Otero*” disponibiliza exemplares de livros à população do bairro, vive de doações institucionais e de vizinhos, foi criada em 1982 e desde 2006 possui um grupo de “*Leituras Compartilhadas*” que, semanalmente, desenvolve atividades abertas sobre diferentes autores; o viveiro macrotúnel “*Ruth*”, doado pelos colabores belgas, possibilita a execução de cursos de jardinagem para jovens, com semeadura e colheita de plantas ornamentais e conta, ainda, com um biotriturador, utilizado para aproveitamento dos restos vegetais que serão usados na compostagem e no abastecimento dos adubos orgânicos; a escola de cidadania e informática “*CANADÁ*”, mantida por projeto entre a organização, o Comitê para a Democratização da Informática (CDI) filial Uruguai e o fundo Canadá promove esse ensino à população do bairro e é gestado, de maneira solidária, por moradores; o Consultório Jurídico, que trabalha gratuitamente para o bairro e aos participantes dos programas da instituição, no fornecimento de assessoria legal.

Por conseguinte, a quarta área de atuação é descrita como Trabalho Social, que efetiva três empreendimentos, assim exemplificados: a equipe polifuncional “*Timbó*”, composta por jovens que fazem cursos de aspirantes, no qual realizam vários serviços que possibilitam a autossustentabilidade do programa e, desse modo, adquirem habilidades nos seguintes ofícios: poda, pintura, saúde, ferraria, alvenaria e outros; os convênios de trabalhos socioeducativos, mantidos desde 1994, em conjunto

com o governo municipal de Montevideu, conta com a participação de jovens e pessoas maiores de idade, as quais desenvolvem diferentes ocupações; o microempreendimento “*EMPORO-MIEL*”, consolida a apicultura orgânica desde 2002, além disso, capacita jovens numa escola especializada e disponibiliza infraestrutura e fonte de renda aos participantes diretos.

A quinta área de atuação é intitulada “Rural”, alberga outras atividades já descritas anteriormente e está localizada no estabelecimento conhecido como “*El Coraje*”, situado a nordeste do estado de *Canelones*, município de *Tala*, sítio rural “*Las Piedritas*”. Ressalta-se a presença da escola de apicultura “*EMPRMIEL 18*” e la “*Cabañita*”, que é utilizada tanto pelo grupo *Scout* como pelos jovens do centro juvenil integral *Ombú*. Há, conjuntamente, a atividade da escola agroecológica “*MIDORI*” de formação e capacitação, oferecida aos jovens moradores que apresentam situação de desvantagem social, com o objetivo de capacitação técnica em jardinagem, poda e horta orgânica, bem como a formação em autogestão, cooperativismo e conhecimentos de técnicas de mercado.

É significativo informar que a escola necessita da produção da horta, do viveiro e da compostagem, para, através da comercialização desses produtos agrícolas, obter a garantia da sustentação da gratuidade de oferta aos jovens. Sua lógica de funcionamento, portanto, infere que o jovem, ao capacitar-se numa profissão definida, terá maior probabilidade de ingressar no mercado de trabalho ou optar pela produção dirigida ao autoconsumo e à comercialização. Certamente a escola “*MIDORI*” reafirma a meta da instituição ao possibilitar situações de desenvolvimento pessoal e comunitário, porque ancora a inclusão social das pessoas e sua inserção no mercado de trabalho formal.

Desse modo, está descrito uma parte da vida institucional de cada organização e, conseqüentemente, se tem uma visão mais abrangente das similaridades e diferenças no trabalho socioambiental.

MAPEAMENTO TEÓRICO QUALITATIVO

*Desde uno de tus patios haber mirado
las antiguas estrellas,
desde el banco de sombra haber mirado
esas luces dispersas, que mi ignorancia no ha aprendido a nombrar
[...]*

Jorge Luis Borges

Para melhor compreender a atuação organizacional das entidades pesquisadas, esboça-se, a partir de agora, um texto explicativo e analítico relacionado aos seguintes itens: a linha do tempo, as demandas sociais que justificaram o surgimento da organização, as temáticas relevantes dos trabalhos, os pensadores que influenciaram na definição de princípios e práticas, além da definição defendida e promovida de desenvolvimento rural sustentável.

É elucidativo lembrar que as informações descritas a seguir, de cada organização, são adaptações transcritas, provenientes do questionário de coleta de dados organizacionais utilizado como ferramenta metodológica dessa pesquisa.

4.5 EL ALBARDÓN

Convém iniciar com o histórico da organização argentina, *El Albardón*, que começou suas atividades, no ano de 1995, através de um trabalho interno de pesquisa aplicada e na procura de atores e associados importantes. Cabe enfatizar que nesse período foi implantado um viveiro experimental de espécies nativas da região norte-central do país. Já, a partir do ano 2000, iniciou-se uma fase de trabalhos voltados à extensão, nos quais predominam as oficinas, encontros e participações em exposições e feiras.

Concomitantemente, acontece, em particular, a formação em educação popular e a participação efetiva na Rede de Plantas Medicinais do Cone Sul. Igualmente, se firmam laços com as organizações não governamentais *Ala Plástica*, *CETAAR (Centro de Estudios sobre Tecnologías Apropriadas em Argentina)* e *INCUIPO (Instituto de Cultura Popular)*. Com efeito, adquire-se experiência na área de etnobotânica e plantas medicinais.

Em 2005, iniciou-se a terceira fase. Após a crise nacional de 2001, obtém-se uma nova situação e ativam-se relações com instituições estatais, especialmente com o *INTA (Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria)*, para estimular ações propensas à agricultura familiar agroecológica.

É importante destacar o programa *ProHuerta INTA – MDSN*. Como resultado, dessa fase, acontecem dois fatos: a multiplicação de articulações com variados atores, como exemplo, funcionários públicos, promotores de bairros, escolas, produtores, técnicos, unidades de saúde etc. e a formação em várias áreas de importância, notadamente, a agroecologia.

Ressalta-se, também, que essa etapa continua em andamento e trouxe mudanças como uma maior integração com outras organizações dos países latinoamericanos. Também, é necessário anotar que essa descrição de fases corresponde a um processo, no qual as atividades, sustentadas no tempo, se enraízam e se ajustam às experiências vivenciadas.

Daí que *El Albardón* surgiu da afluência de fatos contingentes como a constatação da situação de descuido dos ecossistemas locais, mais especificamente o Rio da Prata e sua área litorânea, bem como, da influência da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio-92) e da formação profissional de graduação, precisamente em Ciências Biológicas, do quadro pessoal da organização. Foi significativa a influência desse encontro, já que sua relevância

“[...] propiciou um debate e a mobilização da comunidade internacional em torno da mudança da necessidade de uma urgente mudança de comportamento visando a preservação da vida na Terra” (LE PRESTE, 2001 citado por BURSZTYN; PERSEGONA, 2008, p. 248-249).

Deduz-se que a tomada de consciência sobre a degradação ambiental nessa organização argentina identifica-se no movimento ambientalista, caracterizado como força social que milita a favor “da afirmação dos valores „ecologicamente adequados”; da diversidade cultural e de expressões; da tolerância; do zelo com o planeta” (LOUREIRO, 2012, p. 47).

Em particular, deve-se atribuir uma importância crucial ao movimento social “porque independentemente de utilizarem categorias ambientalistas, suas lutas e projetos políticos se referem à reestruturação da sociedade e, qualquer movimento nesse sentido representa novas formas de se relacionar com a natureza” (LOUREIRO, 2012, p. 48).

Simultaneamente, nessa organização são proeminentes as temáticas que balizam ações de sustentabilidade, a saber: a educação popular, a recuperação, a proteção e o uso da diversidade de plantas nativas e medicinais e, como matriz produtiva inovadora, a agroecologia.

Nesse sentido, a educação popular é promissora pois “[...] implica una nueva, y en lo posible, acertada aproximación a la realidad del mundo contemporáneo y a su vez, un repensar el sentido de nuestras prácticas” (IGLESIAS, 2004, p. 162).

Assim, pode-se “revisar nuestras metodologías de trabajo, fortificar nuestros ánimos, recuperar la credibilidad y sobre todo, a la organización popular, de los que no se ven ni aparecen, de los que se pretende borrar a través de la exclusión [...]” (IGLESIAS, 2004, p. 163). Desse modo, um educador popular “[...] debe ser un ordenador de ideas. [...]. Y sobre todo, confrontar las ideas con la realidad, con los datos, con lo que ocurre” (IGLESIAS, 2004, p. 167).

Com efeito, no caso do processo de educação popular e da conservação da diversidade vegetal, tanto da flora nativa quanto na medicinal, mantida pelo viveiro experimental da organização, como base material de autonomia produtiva, infere-se a

relação de temáticas com o conceito de biodemocracia, esclarecido na citação a seguir:

Uma concepção defendida pelas ONGs progressistas do Sul que pode ser designada por biodemocracia: através da reinterpretação das “ameaças à biodiversidade” – enfatizando, antes, a destruição dos habitats através de megaprojetos de desenvolvimento, das monoculturas do espírito, da agricultura promovida pelo capital e pela ciência reducionista e dos hábitos de consumo do Norte promovidos por modelos economicistas -, a biodemocracia advoga o deslocamento da atenção do Sul para o Norte enquanto origem da crise da biodiversidade. [...] Esta proposta pressupõe o controle local dos recursos naturais, a suspensão dos megaprojetos de desenvolvimento, o apoio a projetos que promovam a lógica da diversidade e o reconhecimento de uma base cultural associada à diversidade biológica (SANTOS, 2005, p. 62).

Para que os princípios e práticas da organização contribuam, de modo eficaz, para a efetivação do projeto de protagonismo popular e de recuperação do ecossistema do rio da Prata é necessário anunciar uma breve identificação dos pensadores e instituições que aportam contribuições teóricas.

Destarte, *El Albardón* faz referência ao ecólogo argentino Jorge Morello, para fundamentar as análises dos ambientes, ao economista mexicano Enrique Leff para abordar a economia política e os sistemas complexos, ao botânico e fitogeógrafo argentino Ángel Lulio Cabrera para reconhecer e utilizar métodos de pesquisa com plantas nativas, ao *INCUPO* para a capacitação em educação popular e extensão, ao *CETAAR* para conhecer e aplicar metodologias de trabalho com plantas medicinais e ao *INTA* para trabalhos de extensão e agroecologia.

Com a finalidade de mapear a atuação da organização, destaca-se adiante, como a mesma define o desenvolvimento sustentável e esclarece que sua área de atuação geográfica está no meio urbano e periurbano.

A organização *El Albardón* sustenta que o termo desenvolvimento sustentável é empregado em muitos contextos, inúmeras vezes, com significações opostas, contudo, defende a leitura e a interpretação crítica do desenvolvimentismo e realiza um desenvolvimento humano baseado na ética social e na equidade.

4.6 CENTRO DE APOIO AO PEQUENO AGRICULTOR – CAPA

No histórico do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor – CAPA, requer destaque, a iniciativa de lideranças da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB e demais atores sociais, representantes de grupos e associações de agricultores familiares juntamente com profissionais das ciências agrárias e sociais, no ano de 1996, que debateram a criação do seu núcleo, no oeste do Paraná.

É importante registrar que existe o consórcio CAPA, no qual estão inseridos cinco núcleos de atuação, localizados no Rio Grande de Sul e no Paraná. Assim, os núcleos sul-rio-grandenses são mais antigos, já que surgiram ao longo das décadas de setenta e oitenta do século passado.

Em setembro de 1997, foram criados dois núcleos, um deles no Oeste e outro no Sudoeste do Paraná. O objetivo principal é promover o desenvolvimento rural sustentável solidário (DRSS) e fornecer, também, ao público assessorado, a assistência técnica e extensão rural direcionada à agroecologia, à organização e ao empoderamento individual e coletivo.

Entre os anos de 1998 e 2002, a entidade firmou sua missão e identidade social ao fornecer apoio ao DRSS. Para isso, vinculou-se em forma de parcerias com as prefeituras municipais, com a UNIOESTE (Universidade Estadual do Oeste do Paraná) e com as associações de agricultores orgânicos.

Além disso, assessorou a criação do núcleo Oeste do Paraná da Rede EcoVida de Agroecologia, reestruturou a associação central ACEMPRE (Associação Central dos Produtores Rurais Ecológicos), estimulou e apoiou a produção orgânica em cultivo protegido e participou da formação do Fórum Microrregional de Agricultura Orgânica (FOMIR).

Entre os anos de 2003 a 2005, a organização assinou um convênio de trabalho com a ITAIPU Binacional, resultado das ações do programa Cultivando Água Boa. Obteve a ampliação dos convênios municipais para a realização de assessoria técnica agroecológica aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Nota-se, nesse período, o crescimento do associativismo e do cooperativismo ligados à agroecologia e começaram as primeiras visitas de avaliação da conformidade orgânica pelo sistema participativo de garantia do núcleo Oeste do Paraná da Rede EcoVida de Agroecologia.

O CAPA atuou na coordenação do I e II Encontro Regional de Agroecologia (ENA), participou do comitê gestor do programa regional de agricultura sustentável do programa Cultivando Água Boa. Concomitantemente iniciaram-se os trabalhos com a homeopatia na agropecuária e a assessoria às associações de agricultores nos programas de mercado institucional PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar).

Nos anos seguintes, entre 2006 a 2010, sustentaram-se os convênios laborais com as entidades parceiras e alargou-se o trabalho com a homeopatia, através de apoio do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), na estruturação do laboratório, seminários, cursos básicos e assessoria técnica.

Nesse ínterim, foram criadas novas cooperativas de agricultores e assentados da reforma agrária, respectivamente a COAFASO (Cooperativa da Agricultura Familiar e Solidária do Oeste do Paraná) e a COOPERCAM (Cooperativa de Industrialização e Comercialização Camponesa), e iniciaram-se as atividades de apoio junto aos indígenas guaranis. A entidade mantém a sua participação no FOMIR, no comitê gestor, na Rede EcoVida e colaborou em mais dois encontros regionais de agroecologia.

De 2011 até 2013, aumentaram os trabalhos nas aldeias indígenas e, em especial, na homeopatia agropecuária, por intermédio de parceria com a UNIOESTE na realização de dois cursos de extensão. Suas demais participações em outras instâncias institucionais são ampliadas dentre conselhos e comissões regionais e estaduais. É notória a atuação da entidade na manutenção das atividades da rede EcoVida de Agroecologia na região oeste do Paraná.

Assim, a trajetória do CAPA começa favorecida pelas demandas sociais do final dos anos noventa, mais precisamente em setembro de 1997, momento em que foi estruturado o núcleo em Marechal Cândido Rondon – Paraná. Nessa região havia um número expressivo de agricultores familiares descapitalizados.

Entende-se que, através dessa qualificação, que os agricultores estavam postos a margem dos sistemas de integração agroindustrial. Convém destacar ainda, a preocupação social da ISAEC (Instituto Sinodal de Apoio a Educação e Cultura) com a situação da agricultura familiar, havia grande carência, no que se refere à assessoria

voltada à agricultura sustentável da região, em particular, ecológica. Nessa esteira, se tem a ausência de assessoria às iniciativas comunitárias, ou melhor, associativas.

Para contextualizar o período do surgimento da entidade, identificada com a assistência técnica e a extensão rural (ATER), convém ilustrar com a citação abaixo:

O Brasil implementou, após a 2ª Guerra Mundial, até os anos 1990, um modelo de agricultura que favoreceu as monoculturas, com tecnologia de base industrial e os agricultores mais capitalizados. Esse modelo gerou degradação ambiental e concentração de renda, ao mesmo tempo em que excluiu a agricultura familiar, os assentados e assentadas da reforma agrária e as populações tradicionais do processo de desenvolvimento. A concentração de terras e a insuficiência de regularização fundiária também se constituíram em fatores que contribuíram para um desenvolvimento rural desigual (BRASIL, 2012, p. 10).

Nos anos noventa, ocorreu a “extinção da EMBRATER e a conseqüente ausência de política federal para o setor” (BRASIL, 2012, p. 9). Já, a ATER não governamental “ganhou importância política a partir da década de 1970 e se constituiu em uma alternativa de Ater nas políticas públicas da década de 1990 [...]” (BRASIL, 2012, p. 9).

É significativo aclarar a adjetivação “descapitalizados”, dada aos agricultores familiares, majoritariamente, “que se vê seriamente ameaçada pela degradação ambiental, agravada pela pequena extensão das glebas, marginalidade das terras, pressão demográfica e desamparo dos serviços assistenciais do Estado” (CAPORAL; COSTABEBER, 2007, p. 8).

Diante desse quadro, é oportuno lembrar que esses agricultores familiares possuíam opções para manter sua autonomia, pois podiam “permanecer na condição, mas criando ou participando de novas estratégias de resistência e de afirmação econômica e social” (GEHLEN, 1988, p. 20 citado por CAPORAL; COSTABEBER, 2007, p. 10-11).

Nota-se que a organização prioriza as temáticas referentes à assessoria técnica agroecológica, à agricultura (familiar, camponesa e indígena) e ao associativismo como embasamentos teórico-práticos para a sua ação na região. Entretanto, na década de noventa, existiram muitos obstáculos em relação à afirmação da agricultura, pois a perda de força ocorre pela inserção “na esfera mercantil, as unidades de produção familiar sofrem também com os processos de transferência de

renda para os setores agroindustriais, comerciais e financeiros” (CAPORAL; COSTABEBER, 2007, p. 11).

Somam-se a essa questão econômica a “[...] problemática ambiental. Especialmente no que tange à pequena produção, poderá se apresentar um novo mercado, para os chamados *produtos naturais*, não contaminados” (CAPORAL; COSTABEBER, 2007, p. 12). Surgem aí, as opções de produção alternativa para restabelecer o equilíbrio na relação sociedade e meio ambiente.

A fim de demonstrar a melhor forma de determinar o valor abrangente da assessoria técnica em Agroecologia, oferecida ao distinto público pela organização, vale a pena citar o que segue:

[...] a principal virtude da Agroecologia -enquanto campo de estudos de caráter multidisciplinar-, suas pretensões e contribuições vão muito além dos aspectos meramente tecnológicos ou agrônômicos da produção, incorporando dimensões mais abrangentes e complexas que incluem tanto variáveis econômicas, sociais e ambientais, como variáveis culturais, políticas e éticas da produção agrícola. Estas são condições importantes quando se têm em conta as possibilidades de transição da agricultura convencional para estilos de produção com base ecológica e, portanto, com maiores graus de sustentabilidade no médio e longo prazos (CAPORAL; COSTABEBER, 2007, p. 89).

Para atuar de maneira ecumênica, ou seja, aberta aos agricultores com especificidades variadas, o CAPA, que está institucionalmente vinculado a IECLB (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil), adota o comprometimento e a ética evangélica. Em outras palavras, significa dizer que é empregada a ética religiosa e, singularmente, a identificação de suas lideranças eclesiais com a teologia, a filosofia e a pedagogia da libertação.

Objetivando precisar a escolha da entidade por essa temática de cunho libertador, serão expostas algumas características da teologia da libertação, segundo o teólogo brasileiro Genézio Darci Boff, conhecido pelo pseudônimo de Leonardo Boff.

No seu entendimento, a primeira consideração diz respeito à “centralidade” do oprimido e do pobre, pois:

O punctum stantis et cadentis da Teologia da Libertação é o pobre concreto, suas opressões, a degradação de suas vidas e os padecimentos sem conta que sofre. Sem o pobre e o oprimido não há Teologia da Libertação. Toda opressão clama por uma libertação. Por isso, onde há opressão concreta e

real que toca a pele e faz sofrer o corpo e o espírito ai tem sentido lutar pela libertação (BOFF, 2011).

Outra consideração importante, em relação a essa teologia, é que com sua expressão prática “emergiu do bojo desse movimento maior mundial e latinoamericano, por um lado político e por outro eclesial. Ela se propôs pensar as práticas eclesiais e políticas em curso à luz da Palavra da Revelação” (BOFF, 2011). Alguns pensadores latino-americanos são basilares nessa compreensão emancipadora da sociedade, por exemplo, “Gustavo Gutiérrez do Peru, Juan Luis Segundo do Uruguai, Hugo Asmann do Brasil e Enrique Dussel e Miguez Bonino, ambos da Argentina” (BOFF, 2011).

Muito relevante, também, é o processo revolucionário de aspecto cultural e espiritual promovido pelo entendimento e vivência dessa teologia. Assim, como processo afirmativo de protagonismo e emancipação “ela [...] encontrou [...] visibilidade e espaço de contribuição às grandes causas vinculadas ao um outro mundo possível e necessário, articulando o discurso social com o discurso da fé” (BOFF, 2011).

Visando encerrar essa breve discussão sobre a organização, enuncia-se a sua definição de desenvolvimento rural sustentável como aquela que contempla ou promove a sustentabilidade nas dimensões ambiental, econômica e sociopolítica.

É imperativo informar que tanto *El Albardón* como CAPA foram criadas na década de noventa, do século XX, identificada pela estruturação mundial do livre mercado capitalista de ordem neoliberal, cujas condições não favoreciam as iniciativas emancipatórias e coletivas de organização. Isso se dá por esse pensamento apresenta as seguintes características modelares:

“políticas fiscais e monetárias rígidas; [...] privatização dos meios de produção e das empresas estatais [...]; liberalização dos mercados de capital e o comércio, revertendo as políticas de proteção estatal [...]; desregulação da atividade econômica privada [...]; reforma do mercado de trabalho [...]; diminuição do aparato estatal mediante sua modernização [...] (PARPART; VELTMEYER, 2011, p. 28).

Nota-se o aspecto conjuntural desfavoráveis nesses anos em relação às iniciativas de coletividade da sociedade civil, porém as resistências emanadas dessas organizações comprovam a validade de suas histórias.

4.7 SOBREVIVENCIA, AMIGOS DE LA TIERRA PARAGUAY

Na linha do tempo da organização paraguaia *Sobrevivencia*, Amigos de la *Tierra Paraguay*, observa-se que ela iniciou suas atividades no dia 10 de fevereiro de 1986. Nesse mesmo ano, participou e colaborou na libertação de um território indígena, que seria invadido pelo cultivo de soja, no bosque nativo do povo indígena *Mbya*, no estado de *Caaguazú*.

Em 1996, *Sobrevivencia* conseguiu o estabelecimento do “Painel de Inspeção Independente do Banco Mundial” para investigar o caso da represa de *Yacyretá* e a violação dos direitos das pessoas afetadas.

No ano seguinte, outra ação de sucesso foi conseguir interromper o projeto industrial hidrovía *Paraguay-Paraná*, no trecho *Paraguay*, através da colaboração da “*Coalición Ríos Vivos*”. Desde o ano de 1996 até o momento, a entidade promoveu e executou várias campanhas para a ecoalfabetização da população e para implantar políticas públicas fundamentadas no que tange à proteção da água doce e dos ecossistemas.

Diante do cenário de ativismo socioambiental, se faz pertinente conhecer quais foram as demandas sociais que motivaram a estruturação da organização. Dentre as motivações perpassam as temáticas que baseiam as atividades laborais e, numa ordem horizontal de prioridades, citam-se aquelas nominadas no questionário de estudo. São elas: a recuperação da qualidade do ambiente e da melhoria de vida das comunidades camponesas e urbanas; a colaboração e o suporte aos povos indígenas nas suas reivindicações de territórios e direitos; o fortalecimento da organização indígena; a formação hábil em socioambientalismo; a indicação de criação e manejo de áreas protegidas; o processo em educação e ação ambiental; a vigília socioambiental sobre grandes projetos de desenvolvimento e o apoio para os grupos atingidos; sugestão de legislação ambiental; e, entre outras, o acompanhamento das negociações internacionais sobre o meio ambiente.

Recorda-se que a década de oitenta do século passado é conhecida como “una „década perdida” para el desarrollo (ningún progreso en América Latina y África subsahariana), y la aparición de enormes desigualdades en la distribución de los recursos productivos, riqueza e ingresos [...]” (PARPART; VELTMEYER, 2011, p. 28).

Na tentativa de contextualizar a atuação organizacional paraguaia verifica-se que a escolha pelo socioambientalismo está motivada pelo empoderamento da experiência da democracia, conforme corrobora a seguinte citação:

Na América Latina, a abordagem socioambiental também é fruto dessa integração e seu surgimento está ligado ao processo de retomada e fortalecimento da democracia, que permitiu à sociedade civil organizada articular-se, provocando o contrato entre organizações e movimentos de cunho eminentemente social e aquelas voltadas ao ambiente. A partir da compreensão de que a degradação dos recursos naturais e a depredação da biodiversidade agravam a exclusão social e colocam em risco a sobrevivência física e cultural da população, esses atores dialogam acerca dos modelos de desenvolvimento e sustentabilidade. (ALBUQUERQUE, 2001, p. 247).

Contudo, deve-se entender que essa opção temática está relacionada ao reconhecimento da situação social do público assessorado, bem como, da paisagem na qual habitam, ou seja:

A perspectiva socioambiental deseja a implantação de um novo paradigma de desenvolvimento que considere a sustentabilidade ambiental e social, que leve em consideração as complexidades do continente e que seja pautada por uma política ecológica (ecopolítica) em que as ações políticas dos diferentes atores sociais sejam planejadas e implantadas de modo integral e transversal. Uma proposta de desenvolvimento na perspectiva socioambiental significa, portanto, caminhar para além das análises limitadas; significa reconhecer que os problemas latino-americanos são muito mais complexos e suas soluções devem necessariamente incorporar uma multiplicidade de enfoques: políticos, sociais, econômicos, antropológicos, científicos, tecnológicos e ambientais, reconhecendo e respeitando sua sociodiversidade (ALBUQUERQUE, 2011, p. 248).

Desse modo, essa perspectiva requer o surgimento de um paradigma de desenvolvimento capaz de enfatizar a sustentabilidade social e ambiental, por intermédio de atores socioambientais envolvidos com ações políticas abrangentes, nas quais se percebe que as problemáticas são complexas e só serão solucionadas se houver consideração pela sociodiversidade.

Para demonstrar as dificuldades inerentes ao processo de mudança almejado pela atuação da organização, cita-se:

Historicamente a América Latina tem sido marcada por uma sociedade caracterizada por estruturas oligárquicas e paternalistas, baseadas em relações personalistas e familiares que permitiram a consolidação de relações de poder e controle do Estado e de suas instituições de uma maneira que leva ao patrimonialismo e à “privatização da esfera pública”, perpetuando a falta

de clareza sobre os limites das esferas pública e privada. Além disso, a sociedade latino-americana está fundada nas relações entre índios, negros e brancos europeus, nos valores da Igreja Católica, no sistema mercantil e escravista e numa estrutura social pautada pelo funcionalismo (ALBUQUERQUE, 2011, p. 242).

De igual modo, a questão dos direitos dos camponeses e dos povos indígenas é tratada pela organização *Sobrevivencia* como uma bandeira da luta social e é fortemente defendida pelas demonstrações históricas de participação e vigília militante.

Para fazer frente de resistência ao cenário neoliberal que avança e especula “diversas organizações e movimentos populares se erguem contra as diversas formas de privatização da biodiversidade, na defesa de bens comuns, de seus modos de vida, dos seus territórios, enfim, de seus direitos” (PACKER, 2012, p. 10). Nesse sentido, foi construída a ideia dos “[...] direitos dos agricultores, povos e comunidades tradicionais à livre utilização da biodiversidade como um direito humano” (PACKER, 2012, p. 10).

Para esclarecer e exemplificar alguns desses direitos é oportuno lembrar a relação seguinte, a saber: “o direito à terra [...]; o direito de livre uso dos recursos da natureza [...]; o direito de preservar as tradições culturais [...]; o direito de proteção e incentivo para a conservação da agrobiodiversidade [...]” (PACKER, 2012, p. 10-12).

Cabe, nesse contexto, anunciar os nomes dos pensadores latino-americanos que contribuíram, através de suas obras, na determinação dos princípios e práticas da entidade. Para iniciar, cita-se o educador brasileiro, notável pensador que utilizava a dialética, Paulo Reglus Neves Freire (1921-1997) e sua “ação dialógica – a *dialogicidade*, [...] considerada por ele como a *matriz da democracia*” (SOUZA, 2010, p. 22).

Outro pensador eminente que influencia os trabalhos participativos desse ator socioambiental é o teólogo brasileiro Leonardo Boff, que trabalha, na atualidade com as questões ambientais, porém enfatiza sua afinidade com a ética do cuidado e com a ecologia profunda. Ambas possuem visões de mundo pautadas na ação coletiva e na compreensão da teia de inter-relações entre os seres.

Já, o escritor uruguaio Eduardo Hughes Galeano, caracteriza-se por uma literatura heterodoxa, na qual a História, a Literatura e a Política são tratadas conjuntamente, uma vez que:

[...] suas obras são verdadeiras homenagens às experiências de luta e de resistência ao capitalismo, ao colonialismo e às múltiplas formas de opressão, boa parte dos movimentos de libertação e governos progressistas de diversas regiões do mundo foram influenciados por suas obras (MERLADET, 2014, p. 12).

Com a finalidade de corroborar essa afirmação, é oportuno relembrar sua significativa afirmação no seguinte texto:

Nessas terras, o que assistimos não é a infância selvagem do capitalismo, mas a sua cruenta decrepitude. *O subdesenvolvimento não é uma etapa do desenvolvimento. É a sua consequência.* O subdesenvolvimento da América Latina provém do desenvolvimento alheio e continua a eliminá-lo. Impotente pela sua função de servidão internacional, moribundo desde que nasceu, o sistema tem pés de barro. Postula a si próprio como destino e gostaria de se confundir com a eternidade. Toda memória é subversiva porque é diferente. Todo projeto de futuro também. Obrigam *zumbi* a comer sem sal: o sal, perigoso, poderia despertá-lo. O sistema encontra seu paradigma na imutável sociedade das formigas. Por isto se dá mal com a história dos homens: pelo muito que esta muda. E porque, na história dos homens, cada ato de destruição encontra a sua resposta – cedo ou tarde – num ato de criação (GALEANO, 2007, p. 364-365).

A definição de desenvolvimento rural sustentável utilizada pela *Sobrevivencia* está centralizada no cuidado e na consideração dos territórios e dos ecossistemas. Trata-se, com essa postura, de utilizar com seriedade os princípios da democracia participativa e da sustentabilidade, os quais reforçam a opção agroecológica no tratamento direto com as comunidades.

4.8 ACCIÓN PROMOCIONAL “18 DE JULIO”

Para relatar sobre a organização uruguaia *Acción Promocional “18 de Julio”* e sua linha do tempo, utilizou-se a adaptação transcrita das informações oriundas da pergunta do questionário organizacional, que trata das áreas de atuação e da lógica das atividades.

Em 1966, a *Acción Promocional* surgiu através de uma iniciativa coletiva dos moradores do bairro “18 de Julio”, na sua maioria mulheres, e, dentre elas, destacou-se a pioneira *Doña Clara Fernandes de Otero*. Elas reivindicaram da prefeitura municipal de Montevideu as melhorias básicas naquele local.

Daquela primeira ação, surgiram os demais trabalhos coletivos voltados a outras temáticas sociais. Não obstante, os objetivos de equidade de gênero e de oportunidades iguais embasam o dia-a-dia da entidade.

Para situar a razão do surgimento da organização, é necessária a informação que, na década de sessenta, ocorreu, no Uruguai, um ataque à democracia formal como bem explica o texto abaixo:

[...] se fue instalando la idea de que la democracia uruguaya no estaba siendo capaz de generar “un clima apto para el desarrollo”, y que, por ende, podía ser conveniente un “paréntesis”, en la vida democrática, que permitiera disciplinar la mano de obra y normalizar el funcionamiento de la economía. Fue evidente que durante la década de 1960, como a fines de los años veinte y treinta, se registró un nuevo descaecimiento del liberalismo político. [...] Vastos sectores, a izquierda y derecha, entre los trabajadores, intelectuales y empresarios, manifestaron su disconformidad con la democracia liberal (CAETANO; GARCÉ, 2008, p. 348).

Em 1973, foi criado o grupo *Scout* para educar, de maneira participativa e lúdica, as crianças e os adolescentes. Mais adiante, em 1982, formou-se a biblioteca, com o nome da mulher pioneira, para estimular a formação na leitura de todos os envolvidos nos projetos.

Um ano após, 1983, começaram os atendimentos na policlínica, voltados à atenção primária em saúde. Nesse mesmo ano, também começaram as atividades da área rural, nas quais se destacam as escolas de Apicultura e Agroecologia.

Já, em 1994, firmaram-se os convênios com a prefeitura local para a capacitação profissional em serviços e tarefas diversas. Em 1997, foi criado o Centro Juvenil Integral *Ombú* para oferecer, por intermédio da metodologia participativa, uma formação de cunho mais geral, na qual a cidadania é o eixo motor.

No ano de 2002, ganhou importância institucional, a apicultura orgânica, a qual consolidou-se na formação da escola para jovens. É importante acrescentar que os coletivos de trabalho e lazer, que se desdobraram na linha do tempo, persistem mantidos pela organização.

Nota-se que a justificativa inicial, que demandou socialmente a aparição da *Acción Promocional*, implicou na retomada da questão dos direitos humanos pelo processo da organização de pessoas num movimento reivindicatório, que tem no

protagonismo uma singularidade emancipadora e, com isso, demonstrou a capacidade de gestão da sociedade civil.

Logo, dentro do assunto equidade de gênero, ponto marcante do ativismo da entidade, pode-se dizer que sua predominância deve-se ao questionamento surgido:

[...] desde los países centrales, en la década de los 70 comienza a cuestionarse la supuesta neutralidad del Desarrollo en términos de su impacto sobre los sexos. [...] Surgen nuevos enfoques que planifican el Desarrollo atendiendo al rol productivo que crecientemente asumen las mujeres y se integra la noción de la división sexual del trabajo que explica la esencia de las relaciones de subordinación de las mujeres y las asimetrías de poder que se establecen respecto a los hombres (BRUERA et al., 2003, p. 66).

Atualmente, coexistem diferentes modos de ver o papel das mulheres e a sua orientação política, que está dividida em quatro enfoques, a saber:

El llamado *enfoque de la equidad*, parte del supuesto de que los modelos de desarrollo económico han tenido un impacto negativo en las mujeres, y reconoce que éstas deben ser incorporadas al desarrollo, concibiendo la independencia económica de las mujeres como sinónimo de igualdad. El *enfoque antipobreza*, en cambio, plantea que la desigualdad económica entre hombres y mujeres no está ligada a la subordinación sino a la pobreza misma, «se centra básicamente en el rol productivo de las mujeres, asumiendo que el alivio de la pobreza y la promoción de un crecimiento económico balanceado, requiere de una mayor productividad de las mujeres en los hogares de bajos ingresos». En consecuencia, las intervenciones basadas en esta concepción buscaron incrementar las opciones de empleo y la generación de ingresos de las mujeres. El *enfoque de la eficiencia* – permeado por el impacto de la deuda– ha significado un desplazamiento de costos de la economía remunerada a la no remunerada, particularmente mediante el uso del tiempo sin salario de las mujeres, privilegiando su rol reproductivo y de gestoras comunales. Por último, el *enfoque del empoderamiento* se constituye fundamentalmente en una estrategia de intervención porque reconoce la importancia de que las mujeres aumenten su poder a través de la auto–confianza y de la influencia en la dirección de los cambios propuestos. En esencia, reconoce el triple rol de la mujer y plantea la necesidad de cambios (MOSER, 1995 citado por BRUERA et al., 2003, p. 67).

Outro tema trabalhado na entidade como objetivo principal é a igualdade de oportunidades, desenvolvida pelos convênios educativos laborais que oportunizam as jovens mulheres a realizar tarefas não tradicionais e criar habilidades sociais antes impossibilitadas.

Salienta-se também que, para algumas organizações, existe a consideração que “[...] identificaban las desigualdades de género como un componente fundamental en las desigualdades sociales” (BRUERA; GONZÁLEZ, 2004, p. 34).

Com efeito, os resultados desses modelos de organização laboral mostraram que “la integración mixta en las cuadrillas ha sido evaluada de manera positiva, ya que se considera que ha beneficiado el clima de trabajo, la integración grupal y ha hecho descender diversas manifestaciones de violencia” (BRUERA; GONZÁLEZ, 2004, p. 34).

A Acción Promocional assume a Agroecologia como paradigma inovador no estabelecimento da relação sociedade e meio ambiente e adota os fundamentos sociopolíticos do Movimento Agroecológico de América Latina e Caribe (MAELA).

É por esse motivo que, para alcançar o desenvolvimento rural há grande empenho nos seguintes pontos centrais: o reconhecimento do direito dos camponeses ao acesso à terra, à água e à biodiversidade; a valorização da produção agropecuária como prioritária na alimentação populacional; a rejeição ao patenteamento das sementes e a aprovação de seu trânsito livre; o uso do direito de participação dos povos na determinação de políticas agroalimentares e na gestão territorial; a afirmação da prática do viver bem e do aspecto plurinacional e intercultural dos territórios.

4.9 AGROECOLOGIA COMO ESTRATÉGIA ORGANIZACIONAL

Devido ao fato das organizações pesquisadas nesse estudo científico trabalharem com comunidades familiares, tanto na área urbana como na área rural, e promoverem nas suas atuações a estratégia agroecológica para o desenvolvimento socioambiental, faz-se necessário tecer algumas considerações sobre a Agroecologia e seus desdobramentos singulares.

Inicialmente, é bastante significativa a afirmação do engenheiro agrônomo espanhol Eduardo Sevilla Guzmán sobre o surgimento e o reconhecimento da Agroecologia:

Durante las últimas décadas de la pasada centuria se produce un “redescubrimiento” de saberes y técnicas que habían sido ensayadas y practicadas con éxito por muchas culturas tradicionales, generándose así un proceso de valoración, por parte de la ciencia agronómica, de los

conocimientos que atesoraban las culturas campesinas, de transmisión y conservación oral, sobre las interacciones que se producían entre la naturaleza y la sociedad para obtener el acceso a los medios de vida. En este contexto aparece la Agroecología, unida a los movimientos de campesinos y técnicos antiagricultura industrializada que, desde la década de los ochenta, comienzan a esparcirse por toda Latinoamérica. Era ésta una respuesta a la modernización del manejo de los recursos naturales (y a su consecuente degradación ecosistémica), encaminada a encarar la crisis ecológica y el problema medioambiental y social existente, desde la búsqueda de un manejo sustentable de la naturaleza y del acceso igualitario a la misma (SEVILLA GUZMÁN, 2006, p. 201).

Sem dúvida, a resposta agroecológica já estava contida na cultura e na história dos povos tradicionais, que souberam e sabem manejar, de forma sustentável, o processo produtivo de obtenção de alimentos.

Todavía, o interessante, além dos diversos conceitos que procuram definir a Agroecologia, é saber que:

La crisis de modernidad se refiere a los dos problemas centrales con que se encara en la actualidad la humanidad, y que surgen de la percepción de que las “modernas sociedades avanzadas” tienen tanto de la sociedad como de la naturaleza (SEVILLA GUZMÁN, 2006, p. 202).

Há de se considerar também, que através da Agroecologia está o importante conhecimento prévio da postura relacional na adoção de práticas e na consideração sistêmica de seus princípios, pois ao considerar que:

Los pueblos han seleccionado las características de las especies durante siglos, de igual modo la naturaleza de los pueblos refleja algunas características del ambiente físico y del sistema biológico. Terrenos y climas físicos distintos y los sistemas biológicos que les están asociados – alpinos, bosque tropical, sabana y desierto – conducen a modos distintos de organización social, respaldan diferentes tecnologías y promueven valores distintos. Los pueblos han evolucionado de forma distinta en ambientes y sistemas biológicos diferentes. Así la cultura humana moldea a los sistemas biológicos al mismo tiempo que éstos a su vez la moldean, cada uno impone al otro una función colectiva, ambos han coevolucionado (PÉREZ RUBIO, 2007, p. 200).

Frente a essa constatação de complementaridade na ordem do funcionamento da vida natural e da sociedade, as organizações que figuram nesse estudo compartilham suas ações, com ênfase no diálogo de saberes, que levam adiante, diuturnamente, através da racionalidade ambiental, que faz com que a Agroecologia se manifeste como uma opção material e filosófica do público assessorado.

Contudo, sabe-se que esses atores socioambientais precisam manter o desempenho, no sentido propositivo e exemplar, com uso frequente das metodologias participativas, do processo inovador e emancipador exigido pelos fundamentos epistemológicos da Agroecologia. Como elucidação desse argumento a favor da exigência dessa nova racionalidade, é bom refletir sobre a citação abaixo:

Os saberes locais e o diálogo de saberes inscrevem-se na configuração teórica e nas estratégias de construção de uma *racionalidade ambiental*. A valorização dos saberes locais desloca a supremacia do conhecimento científico, da relação objetiva do conhecimento e sua pretensão de universalidade, para os saberes arraigados nas condições ecológicas do desenvolvimento das culturas, nas formas culturais de habitar um território e no sentido existencial do ser cultural. [...] O diálogo de saberes abre, assim, uma nova perspectiva para compreender e construir um mundo global – outro mundo possível – fundamentado na diversidade cultural, na coevolução das culturas em relação com seus territórios biodiversos, em uma proliferação do ser e em uma convivência na diferença (LEFF, 2010, p. 95-96).

Para ilustrar, tem-se ainda a atenção dispensada pela Agroecologia, devido a sua postura marcadamente ambientalista e educativa, consoante relatam os autores abaixo:

[...] observa as relações que o ser humano estabelece com a natureza, consigo mesmo e com as gerações futuras, considerando o meio biofísico e o sociocultural e articulando singular com o complexo, objetividade com subjetividade, unidade com totalidade, numa perspectiva interdisciplinar (ZONIN; BRANDENBURG, 2012, p. 232-233).

A título de ilustração no que diz respeito à capacidade abrangente da Agroecologia de consolidar uma resistência ao modo voraz de produção capitalista e como retomada do processo de sustentabilidade em direção a uma sociedade mais igualitária, tanto na busca da justiça social, quanto ambiental, ressalta-se a citação de Frederick Howard Buttel:

La ecologización de la agricultura [...] constituye una fuerza socio-ecológica combinada en la que la dinámica social y la ecológica desempeñan papeles importantes. De hecho, se aproxima una época en la que a veces resultará difícil distinguir de forma precisa entre las manifestaciones puramente “ecológicas” y las manifestaciones sociales de las fuerzas ecológicas (BUTTEL, 1995, p. 25).

A proposta agroecológica, todavia, apresenta bons referenciais, em unidades produtivas familiares, camponesas e indígenas, nas dimensões ecológicoprodutiva e socioeconômica, porém, ainda carece de maior amadurecimento na dimensão sociopolítica, a qual exige a participação ativa, junto aos movimentos sociais e aos governos. Para esclarecer essa constatação, convém trazer à baila a seguinte assertiva:

[...] faltan análisis y reflexiones de carácter general sobre la situación alimentaria del mundo o de ámbitos regionales sobre lo que fundamentar una estrategia común que dé sentido a las experiencias agroecológicas que de manera descoordinada se realizan en la actualidad. La lista de carencias es larga en un enfoque que ha comenzado recientemente a desarrollarse, pero que necesita rellenar pronto las lagunas para convertirse en un instrumento eficaz en la lucha por un mundo más sustentable (GONZÁLEZ DE MOLINA, 2013, p. 17).

A partir dessa finalidade, a proposta agroecológica ganha uma denominação singular, ou seja, passa a ser conhecida como Agroecologia Política. Ao concluir, considerando essa dimensão, tem-se que sua ação deve estar voltada à formação ética e política para “prestar especial atención a los conflictos ambientales surgidos en el medio rural para introducir em su seno el debate sobre la sustentabilidad” (GONZÁLEZ DE MOLINA, 2013, p. 67).

5 MAPEAMENTO TEÓRICO QUANTITATIVO

Para realizar a avaliação teórica quantitativa foram utilizadas as respostas das organizações referentes à questão número 13, última pergunta do questionário de coleta de dados organizacionais. A referida questão literalmente solicita: “Quais são os desafios externos (oportunidades e ameaças) e internos (fortalezas ou potencialidades e fraquezas ou limitações) vivenciados pela organização no trabalho cotidiano de desenvolvimento rural? Considere as “oportunidades” como condições favoráveis aos objetivos pretendidos e as “ameaças” como fatores e processos desfavoráveis que podem comprometer a perspectiva de desenvolvimento rural defendida pela organização. Em relação aos desafios internos, considere “fortalezas” como fatores ou processos internos favoráveis que oferecem possibilidades de desenvolvimento organizacional e “fraquezas” como problemas ou situações internas indesejadas que constituem estrangulamentos impeditivos a essa perspectiva de desenvolvimento”.

Importa esclarecer que as respostas vieram, além da definição do desafio vivenciado, valoradas numa escala de Likert de cinco números cardinais, na qual se evidenciam as cinco opções que transitam de “sem importância” até “muito importante”.

Para elucidar melhor, convém dizer que os indicadores nominados foram distribuídos dentro de seis dimensões, caracterizadas como territórios de temáticas. Inicialmente, se faz oportuno mostrar a primeira tabela que consiste numa avaliação percentual resumida sobre os desafios elegidos pelos atores socioambientais, já que traz uma visão geral da percepção sobre como as dimensões são encaradas no conjunto da realidade. Eis a tabela 1:

Tabela 1 - Visão geral dos desafios, expressa em porcentagem.

Desafios	%
Oportunidades	42,26
Ameaças	14,18
Fortalezas	34,48
Fraquezas	9,08
TOTAL	100

Fonte: Dados da pesquisa.

De maneira geral, pode-se afirmar que as organizações não se apresentam fragilizadas, pois demonstram que suas fraquezas estão expressas, dentre os demais desafios, com menor percentual, ou seja, apenas 9%. Em outras palavras, no sentido inverso da interpretação, seus desafios qualificados como oportunidades e fortalezas representam 76% das respostas. Sendo assim, essas quatro entidades claramente percebem e adotam a realidade que vivenciam como um cenário favorável às temáticas que desenvolvem nos coletivos de trabalho.

Para facilitar a interpretação desses dados optou-se por descrevê-los separadamente por dimensão, porque se busca encontrar, nas percepções, as similaridades e diferenças mais destacadas nos trabalhos dos atores socioambientais. A fim de tornar esse mapeamento mais explicativo, deve-se considerar que as tabelas a seguir tratam das respostas organizacionais, avaliadas em percentuais e escalares, referentes aos desafios em cada dimensão proposta, haja vista que, com esse panorama matemático, pode-se inferir os resultados relevantes do estudo em questão.

5.1 DIMENSÃO AMBIENTAL OU ECOLÓGICO-PRODUTIVA

Inicialmente, apresenta-se a tabela 2:

Tabela 2 - Dimensão ambiental ou ecológico-produtiva (expressa em %).

Desafios	Atores socioambientais				Total
	<i>El</i>	CAPA	<i>Sobrevivencia</i>	<i>Acción</i>	
	<i>Albardón</i>			<i>Promocional</i>	
Oportunidades	0	20	0	40	15
Fortalezas	40	20	40	0	25
Ameaças	60	60	60	60	60
Fraquezas	0	0	0	0	0

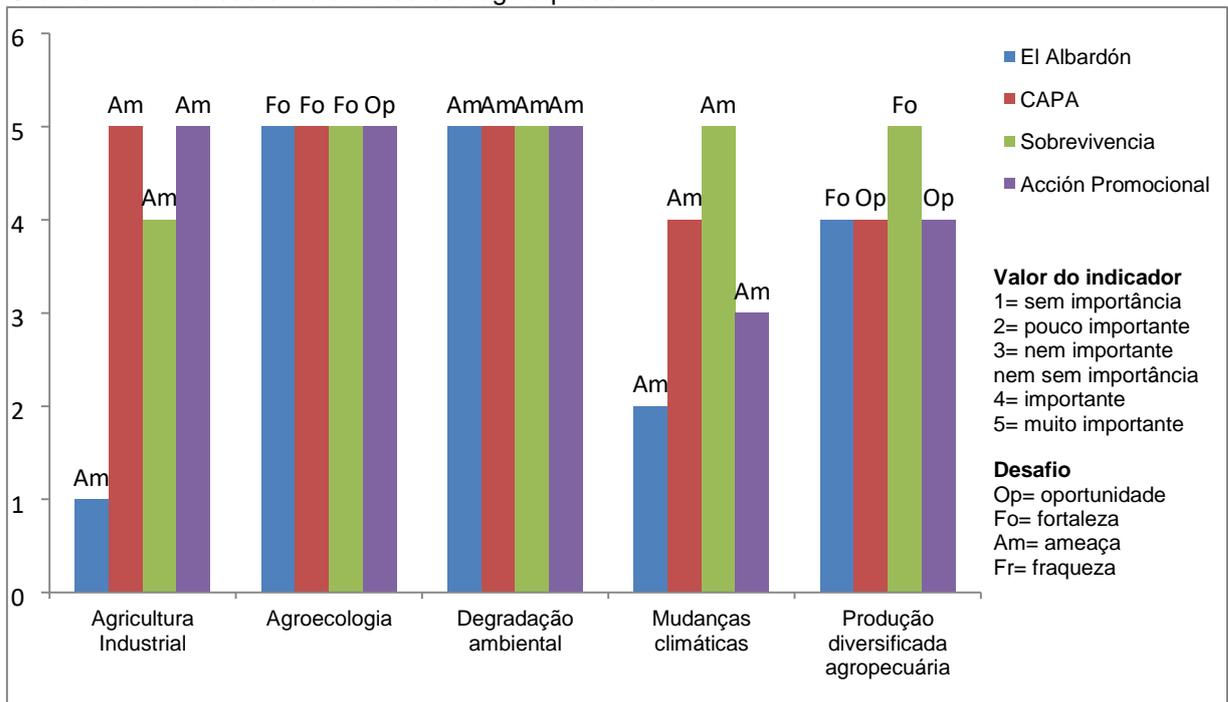
Fonte: Dados da pesquisa.

Na primeira dimensão ambiental ou ecológico-produtiva as organizações destacaram a ausência das fraquezas, indicado com percentual zero, e a saliência das ameaças que receberam 60% das respostas, conforme demonstra o Gráfico 1, abaixo. As fortalezas e as oportunidades, entretanto, somam 40% do total da dimensão e estão representados pelos indicadores “agroecologia” e “produção agropecuária

diversificada”, respectivamente. Já, as ameaças estão representadas pelos indicadores “agricultura industrial”, “degradação ambiental” e “mudanças climáticas”.

Além disso, ao interpretar a escala de Likert, ressalta-se que para o indicador “agroecologia”, nominado como fortaleza e oportunidade, todos o qualificaram como valor muito importante e, a ameaça, também considerada muito importante, foi o indicador “degradação ambiental”.

Gráfico 1 - Dimensão ambiental ou ecológico-produtiva



Fonte: Dados da pesquisa.

Para fundamentar as razões da escolha valorativa dos atores socioambientais pesquisados sobre a proposta agroecológica e fundamentar sua escolha com matriz educativa e produtiva, é bom lembrar as palavras de Petersen:

Como ciência, a Agroecologia se firmou como uma teoria crítica que elabora um questionamento radical à agricultura industrial, fornecendo simultaneamente as bases conceituais e metodológicas para o desenvolvimento de agroecossistemas alternativos sustentáveis. Como prática social, desenvolvida explícita ou implicitamente em coerência com a teoria agroecológica, a Agroecologia se expressa nas mais variadas e criativas formas de valorização dos capitais ecológico e social por meio de dinâmicas de recampesinização que refundamentam a agricultura na natureza e na sociedade do entorno. Como movimento social, a Agroecologia mobiliza atores envolvidos prática e teoricamente na sua construção, assim

como crescentes contingentes da sociedade engajados na defesa da justiça social, da saúde ambiental, da segurança e soberania alimentar, da economia solidária e ecológica, da equidade entre gêneros e de relações mais equilibradas entre o mundo rural e as cidades. Em sua essência, a Agroecologia se desenvolveu ao articular sinergicamente essas três formas de compreensão, condensando em um todo indivisível o seu enfoque analítico, a sua capacidade operativa e a sua incidência política (PETERSEN, 2013, p. 98-99).

No sentido de esclarecer sobre a degradação ambiental, como indicador relevante da preocupação e da atenção exigidas nos trabalhos das entidades, e do empenho redobrado no entendimento de suas causas, os problemas gerais considerados na atualidade são nomeados, através da seguinte citação:

Os problemas ambientais, tal como se apresentam nos múltiplos informes ou listas, podem ser resumidos a: a) *depredação de recursos*, como é o caso do solo, do qual se extraem riquezas minerais, agrícolas, ou no qual se constrói; ou o caso de outros seres vivos que se extinguem a ritmos mais elevados que os da sua reprodução natural; ou da depredação da água subterrânea por sobreutilização; b) *poluição por causa de detritos* que não se reciclam naturalmente ao ritmo de sua geração, como é o caso dos resíduos radioativos, da poluição do ar, dos cursos d'água ou mares e oceanos, ou a poluição visual nas cidades etc.; por último, c) *superpopulação e pobreza*. Nesse último caso, trata-se da população que não está plenamente incorporada ao ciclo do capital. Quaisquer desses três aspectos são marginais ao processo econômico propriamente dito. São os efeitos externos ao processo produtivo (FOLADORI, 2001, p. 103-104).

Não resta dúvida que os atores socioambientais priorizam a conservação dos recursos naturais através da promoção de atividades teórico-práticas junto aos coletivos de trabalho e com isso, reafirmam que a sustentabilidade atua como um processo fundador da emancipação e da autonomia nos territórios.

5.2 DIMENSÃO CULTURAL OU SOCIOCULTURAL

Para propiciar a continuidade da interpretação, é apresentada a tabela 3:

Tabela 3- Dimensão cultural ou sociocultural (expressa em %)

Desafios	Atores socioambientais				Total
	<i>El Albardón</i>	CAPA	<i>Sobrevivencia</i>	<i>Acción Promocional</i>	
Oportunidades	40	40	40	10	32,5
Fortalezas	40	40	50	60	47,5
Ameaças	0	10	10	10	7,5

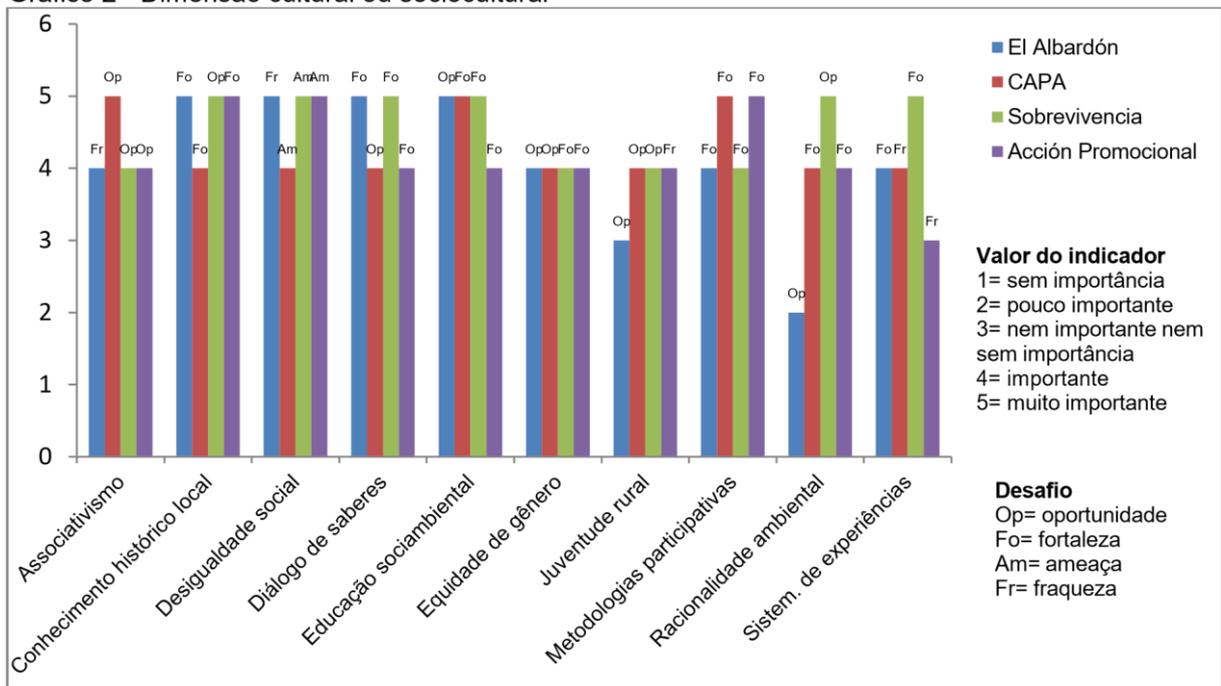
Fraquezas 20 10 0 20 12,5

Fonte: Dados da pesquisa.

Na sequência, a dimensão cultural ou sociocultural, recebeu das entidades, a qualificação valorativa aproximada a 50% nas fortalezas, expressa na tabela acima, segundo o Gráfico 2, abaixo, no indicador considerado importante e muito importante, quer seja, “metodologias participativas”.

Não obstante, o indicador “desigualdade social”, considerado ameaça, foi apontado por três organizações e considerado como importante e muito importante. Nota-se que a organização *Sobrevivencia, Amigos de la Tierra Paraguay* indicou somente uma ameaça no indicador “desigualdade social” e a organização *El Albardón* relatou somente uma fraqueza no indicador “associativismo”.

Gráfico 2 - Dimensão cultural ou sociocultural



Fonte: Dados da pesquisa.

Com efeito, na dimensão acima, a proposta inovadora das quatro organizações, ao optarem pela utilização permanente das metodologias participativas nos seus trabalhos grupais está identificada com os princípios da sustentabilidade, já que:

A implementação de alternativas inovadoras é um imenso desafio, especialmente em termos de metodologias participativas. Apesar disso, qualquer programa que tenha como objetivo viabilizar processos locais de

articulação intersetorial voltados para o desenvolvimento sustentável deve estar aberto para inovações no que se refere à interação entre os atores inseridos no contexto de um espaço público socioambiental. Mais do que dispor de uma “caixa de ferramentas” metodológicas adaptadas a diferentes contextos e situações, é necessário, nesse caso, ter boa “visão” do processo, suas vicissitudes, dilemas, perspectivas e cenários futuros. Além disso, é o diálogo franco e aberto com os diferentes atores sociais envolvidos que vai fornecer os insumos necessários para a alocação dos profissionais que atuarão como facilitadores em cada contexto e também para a escolha das melhores abordagens metodológicas. Tais escolhas não devem ficar a cargo de uma única pessoa ou organização, devendo ser elas próprias o resultado de um processo de interação entre vários pontos de vista e opiniões. A atuação de forma inovadora exige boas doses de ousadia e criatividade (SANTOS et al., 2005, p. 173-174).

Para demonstrar que a preocupação das entidades com a desigualdade social é procedente, demonstra-se o perfil da situação socioeconômica dos países na tabela 4, sede das organizações pesquisadas, conforme SACCHETTI (2013, p.24):

Tabela 4 - Principais indicadores socioeconômicos dos países

País	PIB	PIB per capita	Índice de Gini	IDH
	(milhões de US\$, 2010)	(US\$, 2010)	(2009)	(2011)
Argentina	580427	14363	46,1	0,797
Brasil	1960361	10056	54,7	0,718
Paraguai	29996	4647	51,0	0,665
Uruguai	43309	12903	46,3	0,783

Fonte: FMI, ONU.

Ainda nessa perspectiva de análise da tabela acima, afirma-se que:

A fome e a pobreza ainda representam os contenciosos mais perversos da maioria dos países membro do Mercosul. É evidente o imenso número de pessoas desprovidas de bens, excluídas socialmente e privadas de cidadania em praticamente todos os países da região. As taxas de pobreza continuam elevadas no continente e superar a pobreza ainda é um dos maiores desafios dos países da região. Está clara a necessidade de se promover mudanças na governança dos países da região, para garantir que os interesses de todas as classes sociais sejam representados. O desafio é crescer, porém com equidade. É importante perceber a diferença nos modelos de pobreza entre os quatro países do Mercosul, para, dessa forma, agir conforme a necessidade. Há casos, como da Argentina e Uruguai, em que o crescimento econômico é fundamental para a redução da pobreza, uma vez que se verifica uma relação direta entre a taxa de crescimento da renda bruta por habitante e a taxa de diminuição da pobreza. Mas há casos - Brasil e Paraguai - em que esta relação entre crescimento econômico e redução da pobreza não se viabilizou, já que a questão é estrutural e parte da grande desigualdade

encontrada dentro dos países. Reduções no grau de pobreza de uma sociedade requerem o crescimento econômico ou o declínio no grau de desigualdade. O Brasil, por exemplo, é um dos países com mais alto grau de desigualdade do mundo e está entre aqueles onde o crescimento econômico é menos necessário para reduções na pobreza (FIGUEIREDO, 2013, p. 9-10).

Constata-se que a situação brasileira e paraguaia exige um trabalho contínuo e mais intenso de educação política com os coletivos de trabalho, já que a raiz da desigualdade social é estrutural, portanto, o empoderamento social emergirá do engajamento e da representatividade dos atores socioambientais e de seu público nos cenários de participação política.

5.3 DIMENSÃO ECONÔMICA

A seguir, a tabela 5 apresenta os seguintes dados:

Tabela 5 - Dimensão econômica (expressa em %)

Desafios	Atores socioambientais				Total
	<i>El Albardón</i>	CAPA	<i>Sobrevivencia</i>	<i>Acción Promocional</i>	
Oportunidades	33,33	66,67	83,33	50	58,33
Fortalezas	0	33,33	16,67	16,67	16,67
Ameaças	0	0	0	16,67	4,17
Fraquezas	66,67	0	0	16,67	20,83

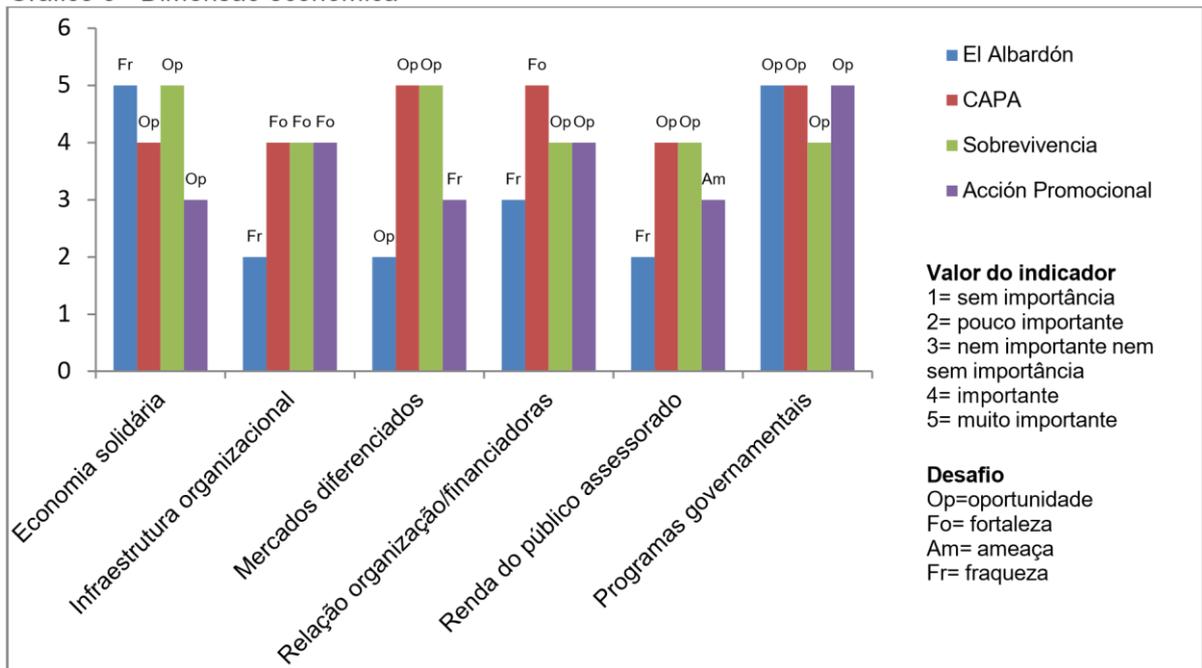
Fonte: Dados da pesquisa

Todas as organizações atribuíram, unanimemente, na dimensão econômica, no que tange às oportunidades, um valor próximo a 60 %. Resultado esse que pode ser comprovado no indicador “programas governamentais”, demonstrado no Gráfico 3, abaixo, qualificado como importante e muito importante, na escala Likert.

Observa-se que a ameaça, com percentual próximo a 5% do total, apresenta-se mais significativa para a organização uruguaia *Acción Promocional* e se elucida no indicador “renda do público assessorado”, porém se expressa como valor nem importante e nem sem importância.

Curiosamente, encontra-se similaridade entre a resposta brasileira (CAPA) e a resposta paraguaia (*Sobrevivencia*), ambos apontaram não haver fraquezas e ameaças nessa dimensão.

Gráfico 3 - Dimensão econômica



Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme demonstrado, a importância fundamental dos programas governamentais como apoiadores dos trabalhos das organizações da sociedade civil pode ser constatada pelo reforço das parcerias exercidas durante a execução das políticas públicas, pois:

Os gestores atribuem às ONGs funções e competências que a burocracia não poderá substituir em curto e médio prazos, tais como *expertise*, capilaridade, flexibilidade e engajamento nas políticas relacionadas aos convênios celebrados. As organizações captam de forma mais próxima e segura as demandas dos beneficiários, desenvolvem métodos e formas originais para alcançar os objetivos definidos nas ações governamentais e, com isto, alimentam a inovação nas políticas públicas. Estas são algumas das razões que talvez expliquem porque as organizações civis têm se tornado um ator cada vez mais relevante nas políticas estatais, em particular nos níveis subnacionais de governo, em uma conjuntura de forte expansão do leque de direitos e públicos beneficiários de políticas (LOPEZ: ABREU, 2014, p.22).

Todavia, existe uma repartição de funções entre os diferentes atores, num determinado cenário e essa combinação resulta eficiente na execução das políticas públicas, pois ambos possuem habilidades e condições diferenciadas para obtenção dos resultados esperados. Assim:

Há uma certa divisão de papéis entre ONGs e Estado. A este cabe dar continuidade e abrangência às políticas, estruturando-as e tornando-as estáveis no tempo, seja com a cooperação de ONGs ou não. Esta competência é exclusiva do Estado também por seu monopólio da regulação e capacidade de obrigar à execução das políticas. Às ONGs cabe o papel primordial – mas não exclusivo – de: formular e desenvolver alternativas para tornar as políticas efetivas; colaborar para a sua disseminação, alargando e qualificando o raio de alcance da burocracia federal; ampliar a legitimidade e aprimorar os objetivos das políticas públicas formuladas pelas burocracias (LOPEZ; ABREU, 2014, p. 22).

Veja-se o empenho das entidades, em apoiar os diversos públicos assessorados, através de múltiplas parcerias com atores governamentais e não governamentais no tocante aos programas de fortalecimento da proposta agroecológica e na obtenção e reconhecimento de direitos dos públicos assessorados.

Todas participam ativamente de redes que consolidam laços de cidadania e sustentabilidade, porque sabem da importância crucial da formação de alianças responsáveis e identificadas com formas mais equânimes de socialização. Sem dúvida, os trabalhos avançam com maior consolidação independentemente do público assessorado se a confiança se estabelece como elo de fortalecimento.

5.4 DIMENSÃO ÉTICA

Para dar sequência às explicações das dimensões, segue a tabela 6 com as indicações abaixo:

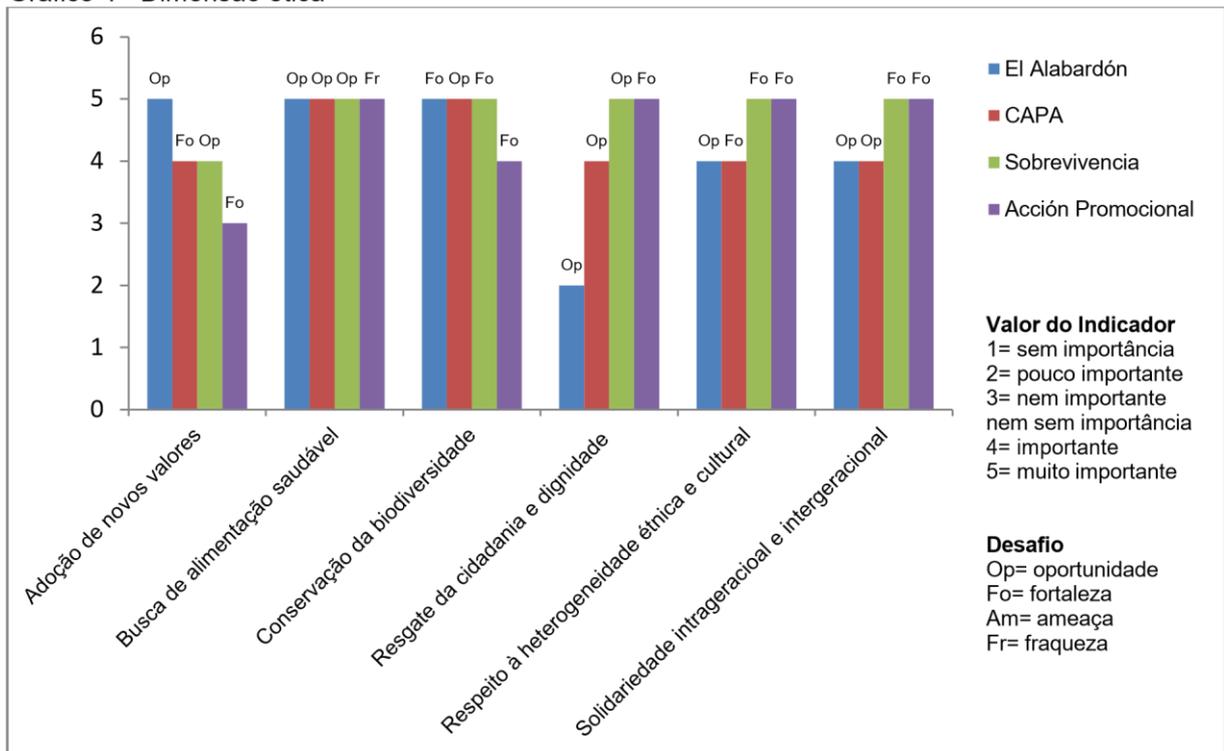
Tabela 6 - Dimensão ética (expressa em %)

Desafios	Atores socioambientais				Total
	<i>El Albardón</i>	CAPA	<i>Sobrevivencia</i>	<i>Acción Promocional</i>	
Oportunidades	83,33	66,67	50	0	50
Fortalezas	16,67	33,33	50	83,33	45,83
Ameaças	0	0	0	0	0
Fraquezas	0	0	0	16,67	4,17

Fonte: Dados da pesquisa.

Na dimensão ética, conforme o Gráfico 4, abaixo, apenas a organização *Acción Promocional* apontou uma fraqueza no indicador “busca de alimentação saudável” e atribuiu um valor muito importante nesse item, porém os demais indicadores foram considerados fortalezas para esse ator socioambiental.

Gráfico 4 - Dimensão ética



Fonte: Dados da pesquisa.

Conjuntamente, as outras três organizações apresentaram respostas semelhantes ao indicarem as oportunidades e as fortalezas aos demais indicadores dessa dimensão. Salienta-se, no entanto, que os indicadores “conservação da biodiversidade” e “respeito à heterogeneidade étnica e cultural” receberam valoração de importante e muito importante das quatro entidades. Em resumo, as fortalezas e as oportunidades representam 95% das asserções dos atores.

Como base para a valorização do indicador solidariedade intrageracional e intergeracional considerado pelas organizações como importante e muito importante, cita-se:

A sustentabilidade está apoiada na razão instrumental-analítica. Trata-se de combinar o uso racional dos recursos renováveis e não renováveis da Terra [...] respeitando os ciclos da natureza e distribuindo com equidade os recursos

entre os demais e sendo solidário com as gerações futuras para que elas também possam satisfazer suas necessidades e de seu meio ambiente (BOFF, 2008, p. 15).

Ainda cabe lembrar que tanto a biodiversidade como a cultura deve ser entendida conjuntamente, ou seja:

As diversidades cultural e biológica estão intimamente interligadas. A biodiversidade ocupa um lugar central em muitas religiões e culturas, enquanto as cosmovisões influenciam a biodiversidade por meio de tabus e normas culturais que incidem sob a forma como os recursos são utilizados e manejados. Como resultado, para muitas pessoas a biodiversidade e a cultura não podem ser consideradas independentemente uma da outra. Isso é especialmente verdadeiro para os mais de 400 milhões de membros das comunidades indígenas e locais para os quais a biodiversidade da Terra não é apenas uma fonte de bem-estar, mas também o fundamento da sua identidade cultural e espiritual. A estreita associação entre a biodiversidade e a cultura é particularmente evidente em locais sagrados, aquelas áreas que são consideradas importantes devido ao seu significado religioso ou espiritual. Por meio da aplicação de conhecimentos e costumes tradicionais, uma biodiversidade única e importante tem sido frequentemente protegida e mantida em muitas dessas áreas ao longo do tempo (BRASIL, 2010, p. 40).

Salienta-se que as organizações apresentam um respeito às diferentes etnias e culturas apresentadas nos territórios, pois atribuíram a valoração a esse indicador como importante e muito importante. Disso sobressai sua nova ética ao comprometerem-se com as ações de conservação e resgate dos bens naturais e sociais. Certamente:

Ações para a conservação da biodiversidade pelas comunidades locais ocorrem no mundo inteiro, e a maioria dos países indicam que eles têm mecanismos adequados para a co-gestão e/ou gestão comunitária dos recursos biológicos. Embora essas ações ocorram em escalas relativamente pequenas, e possam muitas vezes passar despercebidas, elas podem, apesar de tudo, ter impactos positivos importantes sobre as condições da biodiversidade local e do bem-estar humano (BRASIL, 2010, p. 86).

É por esse motivo que as organizações atuam com laços estreitos nas comunidades, independentemente de suas etnias e territórios, pois sabem que somente a efetiva participação na vida desses cuidadores garante o desenvolvimento do processo sustentável de sociedade que já praticam. Nesse desdobrar de compromissos, ambos, entidades e público, afirmam suas identidades legítimas, tanto ao preservar conhecimentos tradicionais quanto ao conservar o meio ambiente.

Para isso é relevante apontar que três organizações consideraram importante e muito importante o indicador “adoção de novos valores”, já que nessa dimensão se pode avaliar o comportamento inovador como proposta social.

5.5 DIMENSÃO POLÍTICA

Na sequência, a tabela 7 indica os seguintes percentuais:

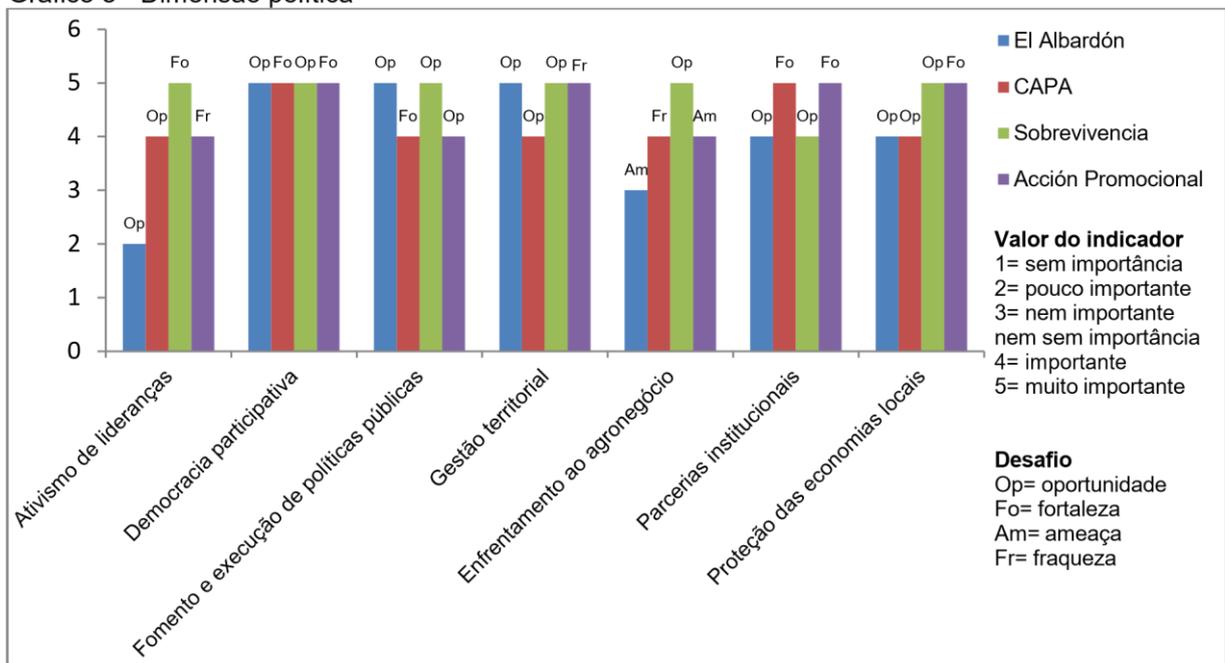
Tabela 7 - Dimensão política (expressa em %)

Desafios	Atores socioambientais				Total
	<i>El Albardón</i>	CAPA	<i>Sobrevivencia</i>	<i>Acción Promocional</i>	
Oportunidades	85,71	42,86	85,71	14,29	57,14
Fortalezas	0	42,86	14,29	42,86	25
Ameaças	14,29	0	0	14,29	7,14
Fraquezas	0	14,29	0	28,57	10,71

Fonte: Dados da pesquisa.

Para a dimensão política, conforme exposição do Gráfico 5, abaixo, as respostas foram variáveis quanto à escolha dos desafios.

Gráfico 5 - Dimensão política



Fonte: Dados da pesquisa.

Assim, enquanto que as organizações *El Albardón*, *CAPA* e *Acción*

Promocional optaram por eleger o indicador “enfrentamento ao agronegócio” como ameaça e fraqueza, a organização paraguaia *Sobrevivencia* optou pelo desafio “oportunidade” e considerou-o muito importante.

Além disso, essa mesma organização não nomeou nenhum indicador como ameaça ou fraqueza, pois suas respostas indicam que nessa dimensão as oportunidades representam 85% do seu total.

De um modo geral, as oportunidades representam quase 60% das respostas das organizações. Tanto *El Albardón* como *Sobrevivencia* indicaram 85% dos indicadores como oportunidades, o que sugere a alternativa da realização de mais trabalhos nessa dimensão para esses atores socioambientais.

Quanto à valoração Likert, os indicadores receberam atributos de importante e muito importante, salvo a escolha argentina (*El Albardón*) que elegeu o valor pouco importante ao indicador “ativismo de liderança”.

É significativo registrar que o indicador “enfrentamento ao agronegócio” passa a ser um alerta para as ações de promoção da proposta de agricultura sustentável, porque reforça o empenho das entidades na consolidação da Agroecologia, mas isso não se concretiza com facilidade, porque outros atores intensificam esse embate, como explica o texto que segue:

As ações do Estado voltadas ao fortalecimento do agronegócio resultam também na crescente subordinação da agricultura familiar às cadeias agroindustriais. Esse processo se manifesta a montante, pela alta dependência de insumos e equipamentos industriais adquiridos em grande parte via concessão de crédito público, e a jusante através da integração a cadeias mercantis dominadas por grandes empresas dos setores de processamento e distribuição. Essas duas formas de subjugação a conglomerados empresariais têm conduzido à fragilização econômica das famílias agricultoras, fato que se reflete, entre outros sintomas, nos crescentes índices de endividamento e inadimplência, na redução das rendas familiares, na evasão cada vez maior de jovens do meio rural e, finalmente, no abandono da atividade agrícola. [...] O momento é grave e cobra ações incisivas para que o poder que sustenta a insustentabilidade do modelo dominante seja suplantado, abrindo espaço para que a perspectiva agroecológica se dissemine e se consolide nas instituições da sociedade. Mas, para ser consistente, esse avanço na dimensão política deve se ancorar e ao mesmo tempo fomentar o contínuo aperfeiçoamento teórico-metodológico das instituições (PETERSEN, 2012, p. 11-12).

Conforme denunciam as respostas, as organizações necessitam utilizar ferramentas de empoderamento político, tanto próprias como dos coletivos assessorados para que,

conjuntamente, ganhem força de representação social e possam ser escutadas e consideradas nessa luta contra o agronegócio, que é bastante desigual no que se refere ao apoio estatal e privado, independentemente do país de origem.

5.6 DIMENSÃO SOCIAL

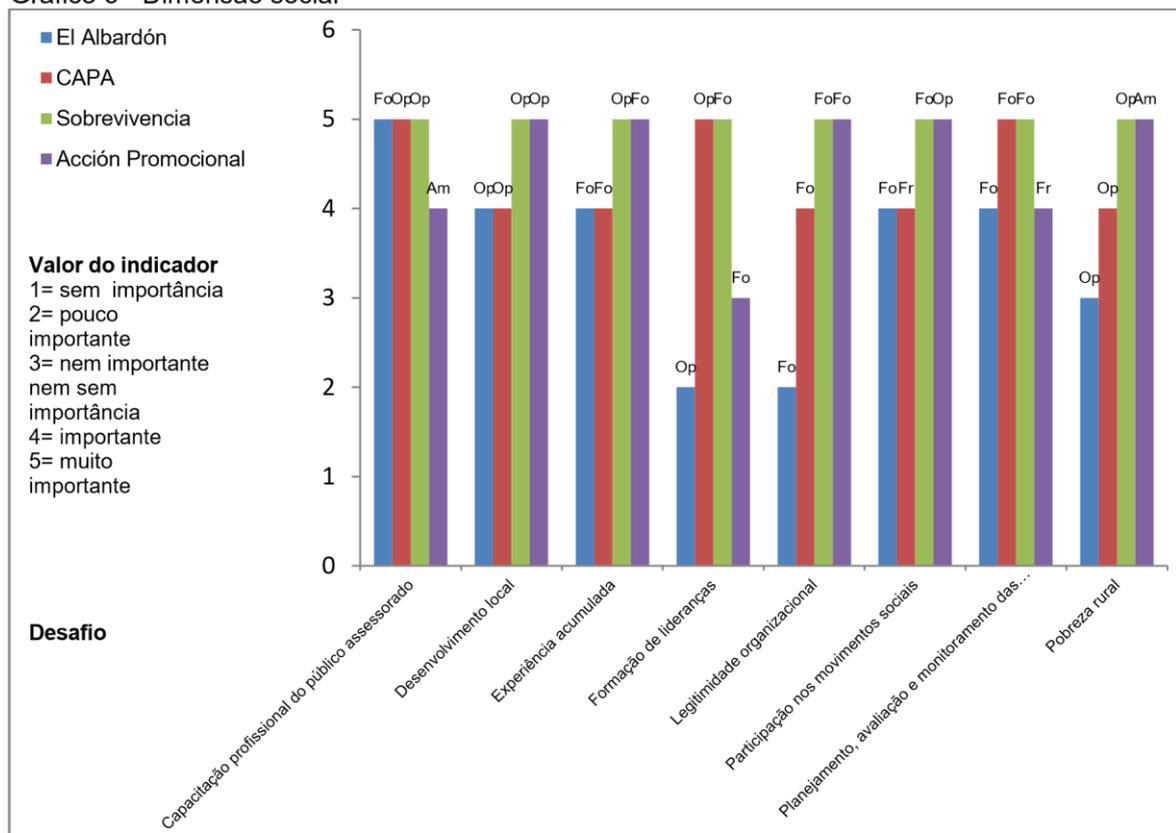
Na dimensão social, novamente, se tem o predomínio das fortalezas e das oportunidades ao representarem 87% das respostas organizacionais, conforme o que apresenta a tabela 8 nas informações abaixo expressas:

Tabela 8 - Dimensão social (expressa em %)

Desafios	Atores socioambientais				Total
	<i>El Albardón</i>	CAPA	<i>Sobrevivencia</i>	<i>Acción Promocional</i>	
Oportunidades	37,5	50	50	25	40,63
Fortalezas	62,5	37,5	50	37,5	46,88
Ameaças	0	0	0	25	6,25
Fraquezas	0	12,5	0	12,5	6,25

Fonte: Dados da pesquisa.

Gráfico 6 - Dimensão social



Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme pode-se observar no Gráfico 6, acima, o indicador “participação nos movimentos sociais” foi considerado uma fraqueza para CAPA e o indicador “planejamento, avaliação e monitoramento das atividades” também foi considerado, uma fraqueza para *Acción Promocional*, ambos, receberam a valoração importante.

Somente *Acción Promocional* escolheu ameaça para o indicador “pobreza rural”, já que as demais organizações optaram pela oportunidade para esse indicador. Ressalta-se que *El Albardón* e *Sobrevivencia* indicaram, exclusivamente, fortalezas e oportunidades para todos os indicadores da dimensão.

Ao ser reconhecida como indicadora de oportunidades e fortalezas, essa dimensão reforça, portanto, a atuação dos atores socioambientais, uma vez que:

Ser ator não é atributo inerente, mas uma condição social que se conquista por meio de relações e interações sociais à medida que os indivíduos ou os grupos adquirem e/ou constroem agência, que consiste no desenvolvimento e mobilização de recursos, capacidades formulação de estratégias que permitem “fazer diferente” em face de situações contingentes e estruturais. Neste sentido, os atores são sujeitos sociais ativos, dotados de capacidade de agência. O que lhes permite agir e reagir em face de situações adversas ou um contexto hostil (SCHNEIDER; GAZOLLA, 2011, p. 12).

Afere-se, nessa dimensão, a importância da consideração da atualidade das práticas organizacionais, através da constante avaliação dos trabalhos realizados para manter a coerência das temáticas na obtenção dos resultados. Os indicadores apontam para caminhos que precisam ser construídos cotidianamente, porém, o esforço deve ser compartilhado com todos que se agenciam nessa conquista.

6 CONSIDERAÇÕES TEMPESTIVAS

*Un hombre que cultiva su jardín, como quería Voltaire.
 El que agradece en que la tierra haya música.
 El que descubre con placer una etimología.
 [...] El que acaricia un animal dormido.
 [...] El que prefiere que los otros tengan razón.
 Esas personas, que se ignoran, están salvando el mundo.*

Jorge Luis Borges

A pesquisa desenvolvida investigou as experiências organizacionais de quatro atores socioambientais localizados na Bacia do Prata, as quais denotam no trabalho o processo de sustentabilidade como princípio e prática de transformação social. Nesse sentido, suas atividades laborais demonstraram a existência de uma complexidade temática que se desdobra junto aos seus coletivos de trabalho e aos demais atores sociais considerados parceiros. Além de conter as descrições do dia a dia das entidades e das demais particularidades de cada uma delas, também são descritas e analisadas suas percepções sobre os desafios enfrentados ao longo de suas histórias.

Com intuito exploratório, descritivo e analítico o estudo se tornou possível pela oportunidade histórica vivenciada na formação do Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais da Bacia do Prata, do qual esses atores são membros representativos da sociedade civil de seus respectivos países. Através desse centro, ocorreram, desde 2007, encontros formativos, nos territórios nacionais, dos círculos de aprendizagem permanente para possibilitar o desenvolvimento da educação socioambiental e a troca das experiências organizacionais entre os membros participantes.

Destarte, a investigação se fez plausível porque essas entidades apresentam situações históricas que merecem serem descritas e analisadas, já que suas trajetórias coincidem em eixos orientadores que balizam a busca pertinente da sustentabilidade em diversas dimensões do tecido social.

Convém dizer que as similaridades entre as entidades aparecem explícitas nas temáticas aplicadas às práticas e nos entendimentos sobre os desafios dimensionados em indicadores de sustentabilidade. Com efeito, pode-se afirmar que as quatro organizações revelam caminhos alternativos à sociedade, porque

intensificam e aplicam suas forças em temas basilares como a ética, o cuidado, a coletividade, a educação, a agroecologia, o diálogo de saberes, a autonomia, dentre outros. Consequentemente, são potencializadas alianças com a História e os sentidos de territorialidade e de pertencimento. Com efeito, o estudo esclarece como esses atores socioambientais atuam na direção da revitalização dos saberes e dos cuidados, oriundos, tanto dos conhecimentos científicos como provenientes das culturas tradicionais e locais.

Logo, a pesquisa revela que os saberes e os cuidados se materializam com a vivência dos coletivos à medida que ambos, os atores socioambientais e o público assessorado, protagonizam suas histórias numa identificação com as questões da justiça ambiental e da sustentabilidade. Certamente, esses agentes encaram seus diversos cenários sociais como situações favoráveis ao desenvolvimento de suas competências e de seus potenciais criativos.

Atente-se que o trabalho de busca dos dados e interpretação se tornou factível devido ao método empregado nessa finalidade, pois o conhecimento produzido adveio das informações obtidas através dos questionários remetidos às organizações. Salienta-se que a leitura e análise dos dados oriundos dos questionários exigiram uma adaptação transcrita e uma reescritura interpretativa, cuja consequência foi o surgimento do trabalho de relacionar as temáticas encontradas com a literatura científica correspondente que subsidiasse a fundamentação teórica adequada no entendimento do pesquisador.

Sem dúvida, as colaborações das pessoas que responderam ao questionário foram fundamentais para a consolidação da pesquisa. É importante frisar que essas personagens representam exemplos vivos do desempenho de suas entidades.

Com isso, pode-se constatar as diferenças dos quadros profissionais em relação aos assuntos teórico-práticos abordados nos afazeres cotidianos nos diferentes coletivos. Tem-se uma combinação de diversas profissões, nos âmbitos das organizações paraguaia e uruguaia para responder a amplitude de objetivos que perseguem. No entanto, as organizações, brasileira e argentina, apresentam qualificações de seus quadros pessoais menos diversificadas em habilidades profissionais, porém, adequadas aos seus objetivos, pois conseguem, com isso, correspondência nos trabalhos propostos.

É evidente que a tarefa de tentar conhecer e compreender essas experiências organizacionais exige um mapeamento quantitativo e qualitativo de suas realidades expressas, a exemplo dos aspectos como os objetivos, as áreas de atuação, as temáticas orientadoras, o público assessorado e as percepções nas dimensões de sustentabilidade.

Em relação aos resultados analisados no mapeamento teórico quantitativo observa-se que os atores socioambientais encaram suas realidades territoriais como situações favoráveis tanto no ambiente externo como no interno, pois essas respostas são expressivas, numericamente, no aspecto geral dos questionários. Contudo, ressalva-se que, na dimensão ambiental, as ameaças (agricultura industrial, degradação ambiental e mudanças climáticas) representam um desafio expressivo majoritário.

Em síntese, as fortalezas e as oportunidades evidenciadas nos diversos indicadores são predominantemente relevantes nas demais dimensões analisadas e indicam que as entidades encontram um rico campo de temáticas a serem trabalhadas, já que o processo civilizacional, advindo da sociedade contemporânea, mina diuturnamente a educação emancipadora e a autodeterminação histórica.

De fato, as experiências dessas organizações denotam a sincronicidade dos diversos esforços desses diferentes atores socioambientais situados em territórios, nos quais predomina um modelo civilizacional homogeneizador de espaços e culturas. Enfim, suas afirmações são expressões de identidades sociais inovadoras que consolidam uma retomada do reencantamento do mundo e da demonstração hábil do esforço contínuo pela busca da competência ética e política.

Por conseguinte, o presente estudo contribui para com o conhecimento e o registro histórico necessário às experiências exitosas que estão sendo realizadas ao longo das décadas em situações conjunturais refratárias às inovações sociais que buscam, paulatinamente, fomentar o empoderamento do público assessorado e dos atores socioambientais.

A título de alerta, pode-se constatar que essas vivências organizacionais são mantidas pela persistência laboriosa de diversos personagens e coletivos de resistências. Aqui, resistência, pluraliza-se para reforçar os diversos aspectos do

entendimento da realidade que precisam ser mantidos vigilantes para não se deixar seduzir pela narrativa social sistemática da modernidade.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental: narrativas de resistência ao risco social ampliado. In: **Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. FERRARO JUNIOR, Luiz Antonio (Organizador). Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005.
- ALBUQUERQUE, Antonio Carlos Carneiro de. O socioambientalismo na perspectiva da sociedade civil latino-americana: algumas considerações. In: FERREIRA, Leila da Costa (org.). **A questão ambiental na América Latina: teoria social e interdisciplinaridade**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.
- AMAZONAS, Maurício de Carvalho. **O que é a economia ecológica**. Disponível em: <<http://www.ecoeco.org.br/sobre/a-ecoeco>>. Acesso em: 22 jun. 2014.
- BAZOBERRY CHALI, Óscar; RUIZ PARADA, Carmen Beatriz. **¿Qué esperar de las ONG? Enfoques y prácticas de desarrollo rural en los países andinos**. La Paz: EED, 2010. Disponível em: <<http://www.arariwa.org.pe/queesperasdelasongs.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2013.
- BOFF, Leonardo. Como cuidar da terra. In: **Cuaderno del segundo encuentro de formación del círculo de aprendizaje permanente II (CAP II). Proceso formativo 2008**. VIEZZER, Moema; SBARDELINI, Elisabeth; Secretaria Ejecutiva (Orgs.). Parque Tecnológico Itaipu, Foz do Iguaçu, Paraná, 2008.
- BOFF, Leonardo. **Quarenta anos da teologia da libertação**. Disponível em: <<http://leonardoboff.wordpress.com/2011/08/09/quarenta-anos-da-teologia-dalibertacao/>>. Acesso em: 1 abr. 2014.
- BOFF, Leonardo. **O cuidado necessário: na vida, na saúde, na educação, na ecologia, na ética e na espiritualidade**. 2. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- BOURGUIGNON, Jussara Ayres (Org.). **Pesquisa social: reflexões teóricas e metodológicas**. Ponta Grossa, PR: TODAPALAVRA, 2009.
- BRANDENBURG, Alfio. Apresentação – Os agricultores ecológicos e a (re)construção do ambiente rural. In: **Agricultores ecológicos e o ambiente rural: visões interdisciplinares**. BRANDENBURG, Alfio (Org.); FERREIRA, Angela Duarte Damasceno (Org.). Prefácio de Claude Raynaut e Magda Zanoni. São Paulo: Annablume; CNPq; Petrobras, 2012.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **1ª Conferência nacional sobre assistência técnica e extensão rural**. Brasília, 2012.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Secretariado da Convenção sobre Biodiversidade Biológica. **Panorama da biodiversidade global 3**. Brasília, 2010.

BRUERA et al. Estudos para el diseño de políticas de empleo y generación de ingresos dirigidas a las mujeres. In: **Empleo y ciudadanía activa de las mujeres**. Comisión de la Mujer. Intendencia Municipal de Montevideo, 2003. Disponível em: <http://www.centrourbal.com/sicat2/documentos/88_200978447_R12P2-03A-dt7spa.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2014.

BRUERA, Silvana; GONZÁLEZ, Mariana. **Montevideo contruyendo equidad: una mirada de género desde los presupuestos**. Comisión de Equidad y Género en la Ciudad. Comisión de la Mujer. Friedrich Ebert Stiftung (FESUR). Montevideo, 2004. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/uruguay/04506.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2014.

BURSZTYN, Marcel; PERSEGONA, Marcelo. **A grande transformação ambiental: uma cronologia da dialética do homem-natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

BUTTEL, Frederick Howard. **Transiciones agroecológicas em el siglo XX: análisis preliminar**. Agricultura y Sociedad, nº 74, p. 9-37, ene./mar. 1995.

CAETANO, Gerardo; GARCÉ, Adolfo. Ideas, política y nación en el Uruguay del siglo XX. In: TERÁN, Oscar (Coord.). **Ideas en el siglo: intelectuales y cultura en el siglo XX latinoamericano**. 1ª ed. 1ª reimp. – Buenos Aires: Siglo XXI Editores, Argentina, 2008.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Prefácio de Miguel Altieri. Brasília: MDA/SAF/DATER-2007.

DEMATTEIS, Giuseppe. O território: uma oportunidade para repensar a geografia. In: SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 1. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FIGUEIREDO, Andreza Alves. **Integração, mercosul e índices de pobreza na região**. Disponível em: <<http://portalrevistas.ucb.br/index.php/RIUCB/article/viewFile/4286/2631>>. Acesso em: 22 mai. 2014.

FOLADORI, Guillermo. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Tradução: Marise Manoel. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Unesp, 2000.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Galeano de Freitas, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed.- São Paulo: Atlas, 1994.

GONZÁLEZ DE MOLINA, Manuel. Las experiencias agroecológicas y su incidencia en el desarrollo rural sostenible. In: **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. SAUER, Sérgio (Org.); BALESTRO, Moisés Villamil (Org.). 2. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2013.

GUIVANT, Julia S. **Sustentabilidade e métodos participativos: os riscos dos pressupostos realistas**. Disponível em:

<http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/qt/agricultura_meio_ambiente/Julia%20S%20Guivant.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2014.

IANNI, Octavio. **A sociologia e o mundo moderno**. 1. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

IGLESIAS, Roberto. **De carambas, recórcholis y cáspitas. Una mirada transhumante de la educación**. Córdoba: Comunicarte editorial, 2004.

JONAS, Hans. **O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica**. Tradução do original alemão Marijane Lisboa, Luiz Barros Montez. Rio de Janeiro: Contratempo: Ed. PUC - Rio, 2006.

KUMMER, Lydia. **Metodologia participativa no meio rural: uma visão interdisciplinar, conceitos, ferramentas e vivências**. - Salvador: GTZ, 2007.

LEFF, Enrique. **Discursos sustentáveis**. Tradução Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Cortez, 2010.

LOPEZ, Felix Garcia; ABREU, Rafael. **A participação das ongs nas políticas públicas: o ponto de vista de gestores federais**. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3023/1/TD_1949.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2014.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política**. São Paulo: Cortez, 2012.

MALAVE, Néstor. **Escala tipo likert**. República Bolivariana de Venezuela. Ministerio de Educación Universitario. Instituto Universitario de Tecnología Jacinto Navarro Vallenilla. Universidad Politécnica Experimental de Paria. Febrero 2007. Disponível em: <<http://uptparia.edu.ve/documentos/F%C3%ADsico%20de%20Escala%20Likert.pdf>> . Acesso em: 14 abr. 2014.

MARCO referencial em agroecologia. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. 70 p. Coordenador do Grupo de Trabalho: Luciano Mattos.

MERLADET, Fábio André Diniz. **Das veias aos espelhos: a trajetória de Eduardo Galeano**. Disponível em:

<<http://alice.ces.uc.pt/en/wpcontent/uploads/2014/03/Eduardo-Galeano-Revisado.pdf>>. Acesso em: 3 abr. 2014.

MUNHOZ, Divanir Eulália Naréssi; OLIVEIRA JUNIOR, Constantino Ribeiro de. Interdisciplinaridade e pesquisa. In: BOURGUIGNON, Jussara Ayres (Org.). **Pesquisa social: reflexões teóricas e metodológicas**. Ponta Grossa, PR: TODAPALAVRA, 2009.

PACKER, Larissa Ambrosano. **Biodiversidade como bem comum: direitos dos agricultores, agricultoras, povos e comunidades tradicionais**. M.5. Gráfica e Editora LTDA, 2012.

PARPART, Jane; VELTMAYER, Henry. La evolución de una idea: estudios críticos del desarrollo. In: VELTMAYER, Henry (Coordinador). **Herramientas para el cambio: manual para los estudios críticos del desarrollo**. La Paz, Bolivia: Plural editores, 2011. Disponível em: http://www.cides.edu.bo/webcides/images/pdf/Herramientas_para_el_cambio.pdf. Acesso em: 7 jun. 2014.

PÉREZ RUBIO, José Antonio (Coord.). **Sociología y desarrollo: el reto del desarrollo sostenible**. Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, 2007.

PETERSEN, Paulo. Agroecologia em construção: terceira edição em um terceiro contexto. In: ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3. ed. rev. ampl. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012.

PETERSEN, Paulo. Agroecologia e a superação do paradigma da modernização. In: NIEDERLE, Paulo André; ALMEIDA, Luciano de; VEZZANI, Fabiane Machado (Organizadores). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013.

PAULA JUNIOR, Franklin de (Org.). PROCESSO FORMATIVO BRASIL, 2009, Campinas. **Caderno do encontro formativo do círculo de aprendizagem permanente III (CAP III)**. Campinas, Gráfica e Editora Ideal, 2009.

RAYNAUT, Claude; ZANONI, Magda. Prefácio. In: **Agricultores ecológicos e o ambiente rural: visões interdisciplinares**. BRANDENBURG, Alfio (Org.); FERREIRA, Angela Duarte Damasceno (Org.). Prefácio de Claude Raynaut e Magda Zanoni. São Paulo: Annablume; CNPq; Petrobras, 2012

SACCHETTI, Livia Semensato. **Análise do grau de integração entre os países do Mercosul a partir da hipótese da paridade da taxa de juros real**. Disponível em: file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/LiviaSSacchetti_Corrigida.pdf. Acesso em: 22 mai. 2014.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Organização: Paula Yone Stroh. – Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTOS, Ailton Dias dos (Org.). **Metodologias participativas: caminhos para o fortalecimento de espaços públicos socioambientais**. IEB/Instituto Internacional de Educação do Brasil. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Para descolonizar Occidente: más ala del pensamiento abismal**. 1ª ed. – Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO; Prometeo Libros, 2010.

SCHNEIDER, Sérgio; GAZOLLA, Marcio. Os atores entram em cena. In: SCHNEIDER, Sérgio; GAZOLLA, Marcio (Orgs). **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. 1 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. In: **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. AQUINO, Adriana Maria de; ASSIS, Renato Linhares de. (Editores técnicos). Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2005.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. **De la sociología rural a la agroecología**. Barcelona: Icaria Editorial, 2006.

SILVA, L. O.; COSTA, COSTA, A. P. L.; ALMEIDA, E. A. **Educação ambiental: o despertar de uma proposta crítica para a formação do sujeito ecológico**. Disponível em: <<http://www.cefet-rn.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/659/520>>. Acesso em: 7 mai. 2014.

SOUZA, Ana Inês (org.) et al. **Paulo Freire: vida e obra**. 2. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SOUZA, Renato Santos de. **A condição organizacional: o sentido das organizações no desenvolvimento rural**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2012.

VALENTIM, Marta. **Planejamento estratégico: método swot (strengths, weakness, opportunities, threats)**. Disponível em: <http://ib.rc.unesp.br/Home/Administracao/SecaoTecnicaDeDesenvolvimentoeAdministracaodeRecursosHumanos/planejamento_estrateg.ppt>. Acesso em 3 mai. 2014.

VIEIRA, Luiz Vicente; SCHÜTZ, Rosalvo. Práxis filosófica: movimentos sociais em questão. In: VIEIRA, Luiz Vicente; SCHÜTZ, Rosalvo. **Práxis filosófica: movimentos sociais em questão**. Pelotas: Editora Universitária/UFPEL, 2012.

VIEZZER, Moema. Educação socioambiental na formação para a ética do cuidado.

In: **Caderno do encontro formativo do círculo de aprendizagem permanente III (CAP III)**. PAULA JUNIOR, Franklin de (Org.). Campinas: Gráfica e Editora Ideal, 2009.

WALDMAN, Maurício. Natureza e sociedade como espaço de cidadania. In: **História da cidadania**. PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). 2. ed. – São Paulo: Contexto, 2003.

WARREN, Ilse Scherer. A política dos movimentos sociais para o mundo rural. Disponível em: <<http://r1.ufrrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/280/276>>. Acesso em: 7 jun. 2014.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução Ana Thorell; revisão técnica Cláudio Damacena. – 4. ed. – Porto Alegre; Bookman, 2010.

ZONIN, Wilson João; BRANDENBURG, Alfio. Agroecologia, transição agroecológica e mudança ambiental. In: **Agricultores ecológicos e o ambiente rural: visões interdisciplinares**. BRANDENBURG, Alfio (Org.); FERREIRA, Angela Duarte Damasceno (Org.). Prefácio de Claude Raynaut e Magda Zanoni. São Paulo: Annablume; CNPq; Petrobras, 2012.

APÊNDICE A – CUESTIONARIO DE RECOLECCIÓN DE DATOS ORGANIZACIONALES



CUESTIONARIO DE RECOLECCIÓN DE DATOS ORGANIZACIONALES

(Proyecto de Investigación: *“Saberes y cuidados agroecológicos: diálogo de actores sociales en la Cuenca del Plata”*)

Estudiante: Marco Antônio Bilo Vieira

Profesor Orientador: Wilson João Zonin

Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE

Campus de Marechal Cândido Rondon

Paraná- Brasil)

1. Instrucciones para rellenar:

Ese documento propone trece preguntas que pueden ser respondidas por aquellas personas responsables y actuantes en la organización.

Los temas propuestos hacen referencia al proyecto de estudio que investiga la promoción de la agroecología, hacia el desarrollo rural sostenible, en cinco países pertenecientes a la Cuenca del Plata.

En su presentación, las cuestiones están estructuradas en su matiz objetivo, pero la última pregunta le solicita que clasifique en orden de importancia las categorías sugeridas, para que se organice el análisis cualitativo y cuantitativo de los datos levantados.

Para alguna información adicional o para aclaraciones, puede Ud. enviar un mensaje a Marco Antonio Bilo Vieira, nurture260462@yahoo.com.br

Les anticipo los agradecimientos por su colaboración.

2. Introducción:

En 2008 la *Itaipu Binacional (Foz de Iguazú-Brasil)* formalizó la creación del *Centro de Saberes y Cuidados de la Cuenca del Plata*, mediante el Protocolo de Intenciones que posibilitó el acercamiento de organizaciones sociales, cuyas propuestas de desarrollo sostenible han sido pensadas para el área rural de cinco países del Plata.

Ha nacido una instancia de debates, en la cual varios actores sociales constituidos en distintos entornos geográficos e históricos interactúan en el análisis acerca de los saberes y cuidados socioambientales que permiten albergar propuestas de actividades y formas de actuación en sus locales de interés.

Por lo tanto, la existencia del *Centro de Saberes y Cuidados* también ha creado las condiciones para comprender y acelerar actividades y acciones asociadas a los colectivos ya existentes en cada región allí representada.

En 2012, fue creado el primer Programa *Stricto Sensu* en Desarrollo Rural Sostenible de la Región Oeste de Paraná, específicamente, en la *Universidade do Oeste do Paraná/UNIOESTE*- ubicada en la ciudad de Marechal Cândido Rondon - Paraná, a fin de proponer estructuras, intercambios de información, eventos puntuales, disponibilidad de datos, de sujetos de estudio, de ambientes para estudiar también la complejidad del sentido epistemológico de la Agroecología.

Por eso, se ha iniciado una propuesta de investigación aplicada a los conocimientos agroecológicos y a la documentación de actores sociales de la Cuenca del Plata, por la cual, se abren expectativas en relación con los aspectos que han dado paso a la aparición de entornos favorables al uso agroecológico.

Esa investigación, en particular, cobra pleno sentido ya que podemos analizar las condiciones y los límites experimentados, para que emerjan las ideas y las modalidades de aplicación de la Agroecología en la Cuenca del Plata.

El *corpus* de la investigación que nos sirve de referencia al estudio es: El Albardón (La Plata - Argentina), Centro de Apoyo ao Pequeño Agricultor/CAPA (Marechal Cândido Rondon – Paraná - Brasil), Acción Promocional (Montevideo - Uruguay), Instituto Sobrevivencia (Asunción - Paraguay) e Centro de Postgrado en Ecología y Conservación (La Paz - Bolivia).

3. Preguntas:

1. Nombre de la organización:
2. Dirección:
3. Teléfono y dirección electrónica:
4. ¿Cuál es la fecha de inicio de sus actividades? ¿Cuáles fueron las demandas sociales que justificaron el surgimiento de su organización?
5. ¿Cuáles son los principales vínculos de su organización? Haga alusión al ambiente externo, mediante el diagrama de Venn, a fin de identificar y caracterizar las relaciones entre los grupos y las instituciones. Esa caracterización de relaciones se basa en dos criterios: *la importancia* (grande, mediana, pequeña) y el *carácter* (fuerte o problemático).
6. ¿Cómo se constituye el grupo de colaboradores de su organización? Cite el número de personas, sus respectivas profesiones y sus principales funciones.
7. Identifique el público y especifíquelo en grupos. Informe la localización de cada grupo y el número de personas atendidas.

Público	Número de Grupos	Número de familias en cada grupo	Ubicación

8. ¿Cuáles son los objetivos de su organización?
9. ¿Cuáles son las principales áreas de actuación de su organización y las correspondientes actividades desarrolladas? En ese caso, considere “áreas de

actuación”, los fundamentos del trabajo de campo que demuestran la lógica de cada actividad.

10. Elabore la “línea del tiempo” de su organización. Registre los hechos importantes, los pensadores que son fuente de inspiración teórico/práctica, los actores sociales importantes, los cambios deflagrados en el contexto local, nacional, internacional que han influenciado el trabajo en la organización. En ese periodo, ¿han cambiado los profesionales y el público asesorado? Es decir, sintetice un histórico de su organización.
11. ¿Cuáles son los pensadores latino-americanos e/u otros que han contribuido para la definición de los principios y prácticas de su organización? Relacione la contribución de esas variantes con lo que ha sido efectuado en su organización.
12. ¿Cuál es la definición de desarrollo rural sostenible que su organización defiende y promueve?
13. ¿Cuáles son los desafíos experimentados por su organización en su labor diaria? *Los externos* (oportunidades y amenazas). *Los internos* (fortalezas o potencialidades, debilidades o límites). Considere las “oportunidades” como las condiciones favorables hacia los objetivos y, las “amenazas” como los factores y experiencias desfavorables que pueden comprometer la perspectiva de desarrollo rural de su organización. *Para rellenar la tabla que sigue: utilice las abreviaturas sugeridas, defina el tipo de desafío, atribuya un valor a los indicadores de sostenibilidad.*

Desafío	Naturaleza conceptual	Abreviatura
Externo	Oportunidad	OPO
	Amenaza	AME
Interno	Fortaleza	FOR
	Debilidad	DEB

Importancia del indicador	Valor
Sin importancia	1

Poco importante	2
Ni importante, ni sin importancia	3
Importante	4
Muy importante	5

Dimensión	Indicador	Desafío	Valor
Ambiental o ecológicoproductiva	Agricultura industrial	()	()
	Agroecología	()	()
	Degradación ambiental	()	()
	Cambios climáticos	()	()
	Producción agropecuaria diversificada	()	()
Cultural o sociocultural	Asociativismo	()	()
	Conocimiento histórico local	()	()
	Desigualdad social	()	()
	Diálogo de saberes	()	()
	Educación socio-ambiental	()	()
	Equidad de género	()	()
	Juventud rural	()	()
	Metodologías participativas	()	()
	Racionalidad ambiental	()	()
Sistematización de experiencias	()	()	
Económica	Economía solidaria	()	()
	Infraestructura organizacional	()	()
	Mercados diferenciados	()	()
	Relación organización/financiadores	()	()
	Renta del público asesorado	()	()
	Programas gubernamentales	()	()
Ética	Adopción de nuevos valores	()	()
	Búsqueda de alimentación sana	()	()
	Combate a la pobreza rural	()	()
	Conservación de la biodiversidad	()	()
	Rescate de la ciudadanía y dignidad	()	()
	Respecto a la heterogeneidad étnica y cultural	()	()
	Solidaridad intergeneracional e intrageneracional	()	()
Política	Activismo de liderazgos	()	()
	Democracia participativa	()	()
	Fomento y ejecución de políticas públicas	()	()
	Gestión territorial	()	()
	Enfrentamiento al agronegocio	()	()
	Cooperaciones institucionales	()	()

	Protección de las economías locales	()	()
Social	Capacitación profesional del público asesorado Desarrollo local	() ()	() ()
	Experiencia acumulada(histórico) Formación de liderazgos Legitimidad organizacional Participación en los movimientos sociales Planificación, evaluación y monitoreo de las actividades organizacionales Pobreza rural	() () () () () () ()	() () () () () () ()

Fecha: _____

Nombre(s) de las personas que han respondido el cuestionario:

**APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DE COLETA DE DADOS
ORGANIZACIONAIS**



Questionário de coleta de dados organizacionais

Projeto de pesquisa: *Saberes e cuidados agroecológicos:*

diálogo de atores sociais na Bacia do Prata

Estudante: Marco Antônio Bilo Vieira

Professor orientador: Wilson João Zonin

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE

Campus Marechal Cândido Rondon – Paraná - Brasil

Instruções de preenchimento

Esse questionário está composto por treze perguntas e pode ser respondido pelas pessoas responsáveis e conhecedoras da atuação da organização. As perguntas são de natureza objetiva e mantém relação com os objetivos do projeto de pesquisa. Desse modo, procuram coletar dados das organizações a serem estudadas referentes à defesa e a promoção da proposta agroecológica de desenvolvimento rural sustentável. A última questão pede respostas na forma de enumeração de importância para que seja possível o estabelecimento de indicadores qualitativos e quantitativos. Quaisquer esclarecimentos sobre as perguntas, por favor, escrevam para o pesquisador, no seguinte endereço eletrônico, nurture260462@yahoo.com.br, Engenheiro Agrônomo Marco Antônio Bilo Vieira.

Introdução

A formação do Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais da Bacia do Prata facilitou a aproximação de organizações sociais, com propostas de desenvolvimento sustentável voltadas para o meio rural, promotoras de Agroecologia e direcionadas ao estabelecimento da interação equilibrada entre sociedade e natureza. Cada organização, geográfica e historicamente constituída, é um ator social que procura contribuir com seu modo de atuação no desenvolvimento rural do território. Nessa pesquisa, intitulada “Saberes e cuidados agroecológicos: diálogo de atores sociais na bacia do Prata”, os objetivos propostos são a descrição das atividades e das formas de atuação das organizações junto aos seus coletivos, a análise das atividades através do prisma dimensional da Agroecologia e a documentação das experiências organizacionais, como conhecimento agroecológico, dentro do Programa de Pósgraduação em Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Estadual do Oeste do Paraná *campus* Marechal Cândido Rondon. Serão estudadas cinco organizações, a saber: *El Arbardón* (La Plata – Argentina), Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor – CAPA (Marechal Cândido Rondon – Brasil) e *Acción Promocional* (Montevideu – Uruguai), *Instituto Sobrevivencia* (Assunção – Paraguai).

Perguntas

1. Nome da organização:
2. Endereço:
3. Telefone e/ou endereço eletrônico:
4. Qual é a data de início das atividades da organização e quais foram as demandas sociais que justificaram o surgimento da organização?
5. Quais são os principais vínculos da organização? Explore o ambiente externo e, através do diagrama de Venn, identifique e caracterize as relações com os grupos existentes e as instituições. A caracterização das relações, geralmente, é baseada em dois critérios: a importância (grande, média ou pequena) e o caráter (forte ou problemática).
6. Como está formado o quadro pessoal da organização? Cite o número de profissionais, suas respectivas profissões e descreva suas principais funções.

7. Identifique o público assessorado, a quantidade desse público discriminada em grupos e a localização (cobertura geográfica da atuação da organização).

Público	Quantidade de Grupos	Quantidade de famílias no grupo	Localização

8. Quais são os objetivos da organização?
9. Quais são as principais áreas de atuação da organização e as correspondentes atividades desenvolvidas? Considere “áreas de atuação” como os fundamentos do trabalho de campo que mostram a lógica das atividades agrupadas nas respectivas áreas.
10. Elabore a “linha do tempo” da organização, registre os fatos relevantes, os pensadores e/ou as pessoas importantes, as mudanças ocorridas nos contextos nacional, estadual e municipal que causaram influências no trabalho desenvolvido pela organização, bem como, as mudanças do quadro profissional em relação ao público assessorado, ou seja, calendarize a história da organização.
11. Quais são os pensadores latino-americanos e/ou outros que contribuem para a definição de ações de sua organização? Relacione essas contribuições teóricas com as práticas desenvolvidas nas atividades da organização.
12. Qual é a definição de desenvolvimento rural sustentável que a organização defende e promove?
13. Quais são os desafios externos (oportunidades e ameaças) e internos (fortalezas ou potencialidades e fraquezas ou limitações) vivenciados pela organização no trabalho cotidiano de desenvolvimento rural? Considere as “oportunidades” como condições favoráveis aos objetivos pretendidos e as “ameaças” como fatores e processos desfavoráveis que podem comprometer a perspectiva de desenvolvimento rural defendida pela organização. Em relação aos desafios internos, considere “fortalezas” como fatores ou processos internos favoráveis que oferecem possibilidades de desenvolvimento organizacional e “fraquezas” como problemas ou situações internas indesejadas que constituem estrangulamentos impeditivos a essa perspectiva de desenvolvimento. Utilize as abreviações indicadas nos quadros abaixo e defina o tipo

de desafio na sua natureza conceitual e atribua um valor de importância aos indicadores distribuídos nas dimensões de sustentabilidade.

Desafio	Natureza conceitual	Abreviatura
Externo	Oportunidade	OPO AME
	Ameaça	
Interno	Fortaleza	FOR
	Fraqueza	FRA

Importância do indicador	Valor
Sem importância	1
Pouco importante	2
Nem importante nem sem importância	3
Importante	4
Muito importante	5

Dimensão	Indicador	Desafio	Valor
Ambiental ou ecológico- produtiva	Agricultura industrial	()	()
	Agroecologia	()	()
	Degradação ambiental	()	()
	Mudanças climáticas	()	()
	Produção agropecuária diversificada	()	()

Cultural ou sociocultural	Associativismo	()	()
	Conhecimento histórico local	()	()
	Desigualdade social	()	()
	Diálogo de saberes	()	()
	Educação socioambiental	()	()
	Equidade de gênero	()	()
	Juventude rural	()	()
	Metodologias participativas	()	()
	Racionalidade ambiental	()	()
Sistematização de experiências	()	()	

Econômica	Economia solidária	()	()
	Infraestrutura organizacional	()	()
	Mercados diferenciados	()	()
	Relação organização/financiadora(s)	()	()
	Renda do público assessorado	()	()
	Programas governamentais	()	()
Ética	Adoção de novos valores	()	()
	Busca de alimentação saudável	()	()
	Combate à pobreza rural	()	()
	Conservação da biodiversidade	()	()
	Resgate da cidadania e dignidade	()	()
	Respeito à heterogeneidade étnica e cultural	()	()
	Solidariedade intrageracional e intergeracional	()	()
Política	Ativismo de lideranças	()	()
	Democracia participativa	()	()
	Fomento e execução de políticas públicas	()	()
	Gestão territorial	()	()
	Enfrentamento ao agronegócio	()	()
	Parcerias institucionais	()	()
	Proteção das economias locais	()	()

Social	Capacitação profissional do público assessorado	()	()
	Desenvolvimento local	()	()
	Experiência acumulada (histórico)	()	()
	Formação de lideranças	()	()
	Legitimidade organizacional	()	()
	Participação nos movimentos sociais	()	()
		()	()
	Planejamento, avaliação e monitoramento das atividades organizacionais		
	Pobreza rural	()	()
		()	()

Data:

Nome(s) das pessoas que responderam o questionário:
